

**Plano de Governo para o Distrito Federal
2019 – 2022**



ALBERTO FRAGA



ALEXANDRE BISPO

**Coligação Coragem para Fazer
DEM | PR | PSDB | DC**



SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO	4
2. COMBATENDO AS DESIGUALDADES NO DISTRITO FEDERAL	7
3. GESTÃO PÚBLICA E POLÍTICA FISCAL	8
3.1 Gestão pública	9
3.1.1 Defensoria Pública	14
3.2 Política Fiscal e de Incentivos	16
4. ENERGIA ELÉTRICA, ÁGUA E SANEAMENTO BÁSICO	18
5. EDUCAÇÃO	21
5.1 Educação Básica e modelagem viável	22
5.2 Cuidados com os jovens e com os adultos	24
6. SAÚDE	26
6.1 Atenção primária em saúde	27
6.2 Atenção hospitalar	28
6.3 Alta complexidade	29
6.4 Servidor da Saúde	30
6.5 Educação e Saúde	31
6.6 Gestão de Recursos Financeiros	31
6.7 Saúde atual	32
6.8 SAMU	33
7. SEGURANÇA PÚBLICA	33
7.1. Conceito	34
7.2. Eixos do Programa Distrital de Segurança Pública	36
7.3. Estratégia de melhorias associadas a desempenho	38
7.4. Objetivos do PRODESP	39
7.4.1. Objetivo Geral	39
7.4.2. Objetivos Específicos	39
7.5. Implementação do Programa Distrital de Segurança Pública	40
8. MOBILIDADE E INFRAESTRUTURA	45
8.1 Premissa do PDTU	46
8.2 Fim da “indústria de multas”	46
8.3 Ações para o transporte público	47
8.4 Expansão do metrô	48
8.5 Plano Piloto	49
8.6 Ciclovias	49
8.7 Transporte individual	50
8.8 Transporte de carga	50



8.9 Recursos financeiros	50
8.10 Intervenções prioritárias no sistema viário do Distrito Federal	51
8.11 Ações necessárias e urgentes para melhoria da mobilidade em Brasília	52
8.12 Criação do projeto “Direção”	52
9. CIÊNCIA E TECNOLOGIA	53
10. ÂMBITO SOCIAL	57
10.1 Juventude	58
10.2 Mulher	60
10.3 Idoso	61
10.4 Programa de habitação de interesse social e de urbanização	62
10.4.1 Habitação de interesse social:	62
10.4.2 Urbanização	63
10.4.3 Regularização fundiária	63
10.4.4 Reforma da moradia própria	64
10.5 Outras ações e projetos sociais	64
11. MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE	66
12. CULTURA	68
12.1 Política cultural	70
12.2 Incremento da cadeia cultural	72
13. TURISMO	75
13.1 Ações estruturantes	77
13.2 Intervenções urbanas	78
13.3 Projetos especiais para o turismo	79
14. ESPORTE E LAZER	80
15. AGRICULTURA	82
15.1 Regularização fundiária e serviços públicos na área rural	82
15.2 Incentivo ao produtor de água: produzir e preservar	83
15.3 Apoio à inovação tecnológica e à energia solar	84
15.4 Assentamentos rurais	85
15.5 Postos de saúde em locais estratégicos da área rural	86
15.6 Modernização da Emater/DF	86
15.7 Criação de barreiras sanitárias e fiscais	87
15.8 Atividades socioeconômicas, desportivas e culturais no setor	88
15.9 Entrega de sementes e adubo aos produtores rurais	88
15.10 Fortalecimento das Centrais de Abastecimento (Ceasa)	89
16. REGIÃO METROPOLITANA (RIDE)	90



1. APRESENTAÇÃO

“Nós começávamos a imaginar quando é que Brasília iria surgir. De repente, aparecia uma mancha azul no horizonte. Ela ia crescendo. Depois apareciam os contornos e começávamos a dizer: ali é o Teatro, lá é o Congresso, a Torre. Brasília surgia como num passe de mágica, um milagre”

Oscar Niemeyer

“Palavra puxa palavra, uma ideia traz outra, e assim se faz um livro, um governo, ou uma revolução, alguns dizem que assim é que a natureza compôs suas espécies.”

Machado de Assis

Sim, é com base nas palavras de Machado de Assis, com as quais abrimos esse plano, que estendemos nossos pensamentos, nossas ideias e nossos desejos, a cada um e a todos que, ombreados conosco, queiram colocar o Distrito Federal e seus cidadãos onde deveríamos estar. Naquele lugar sonhado por Dom Bosco, Juscelino e Niemeyer, onde nasceria e floresceria uma das mais belas promessas de nossa história: a capital do desenvolvimento e do crescimento; a capital de orgulho de todos os brasileiros.

Passados mais de 50 anos, a profecia ainda está por ser cumprida. Não é a dificuldade de alcançá-la que afasta a sua realização, mas, certamente, a inépcia e as sucessivas negligências com a coisa pública. Todos nós testemunhamos, na história mais recente, a má condução dos recursos e a gestão equivocada de prioridades. Esse tempo acabou!

Com a clareza das necessidades primordiais, uniremos profissionalismo e estratégia para retomarmos a história de Brasília e do Distrito Federal. A partir daqui, sob a nova perspectiva das demandas contemporâneas e com responsabilidade, promoveremos a verdadeira cidadania na cidade prometida. E por que afirmamos isso?



Compreender o Distrito Federal e a sua dinâmica não é um processo trivial. Primeiro pela peculiaridade de sua própria formação. O DF não foi fundado, foi construído. E, com um objetivo claro: transpor a capital brasileira para o coração do Brasil, na busca da interiorização e da capilarização; fatores essenciais a um país continental, cujas riquezas se encontram inigualavelmente espalhadas por todo o território.

Dessa forma, a concentração litorânea tão presente até o início do século passado, daria ao interior a condição igualitária de interferir na vida nacional. E assim foi. Incrustada no coração do Brasil, essa joia rara, reconhecida em todo o mundo, passou a concentrar desde sua tenra existência, a responsabilidade de abrigar aqueles que decidiriam, desde então, os destinos da nação.

A joia cresceu, expandiu, emancipou e tornou-se um complexo urbano de rara miscigenação das representações brasileiras em todos os seus matizes. No entanto, trouxe consigo uma variedade de demandas que somente a magnitude de sua existência poderia produzir. Infelizmente, poucos foram os governantes que compreenderam tal magnitude e o que ela deles requeria, tanto no nível federal, quanto, principalmente, no nível local.

Hoje, ainda no limiar do século XXI e com apenas 58 anos, Brasília, assim como as demais cidades do Distrito Federal, experimentam os problemas que as grandes metrópoles brasileiras levaram séculos para alcançar e, talvez, simplesmente, em razão da irresponsável gestão a que foram submetidas histórica e recorrentemente.

O DF vive em um estado de abandono, com os serviços públicos em um nível de precariedade jamais visto. Apesar de estar entre os melhores índices de qualidade de vida do país e, em alguns casos, do mundo, padece da evidente desigualdade social e da precária prestação de serviços públicos, que funcionam muito aquém de suas possibilidades. Não há saúde, educação, mobilidade, trabalho e segurança na qualidade esperada para uma capital que guarda tantos sonhos e responsabilidades.

Temos, aqui, seis vezes mais brasileiros do que JK pensou ao idealizar e construir Brasília. Por causa de seus momentos de pujança, passou a abrigar, em si mesma e ao seu redor, populações que, esquecidas pelos seus próprios estados, viam o Distrito



Federal como único recurso. Especialmente, buscavam trabalho e saúde, o que gerou, historicamente, sobrecarga nos atuais sistemas distritais que, por ausência do necessário planejamento de longo prazo, estão em via de colapso.

Diante desse cenário, não nos resta outra decisão senão assumir perante a população do Distrito Federal o compromisso de mudar essa história. Faremos o DF ocupar, novamente, o seu lugar de destino, de modo a orgulhar não somente os cidadãos que aqui vivem como também todos aqueles que se reconhecem como verdadeiros brasileiros. Nosso compromisso é com todos que honram, com suas vidas dignas, os princípios que devem nortear o futuro desta nação e estão cravados em nossa bandeira: ordem e progresso.

Assim, com o presente documento, assumimos o compromisso – perante todos os cidadãos do Distrito Federal – de lutarmos com todas as nossas forças, capacidades e condições, para que, por meio de planos, programas, ações e projetos concretos e exequíveis, sejamos capazes de resolver os principais problemas que afligem todos. Da forma mais simples, econômica e efetiva, cada cidadão exercerá seu direito inalienável de ter uma vida de esperanças e, principalmente, de realizações.

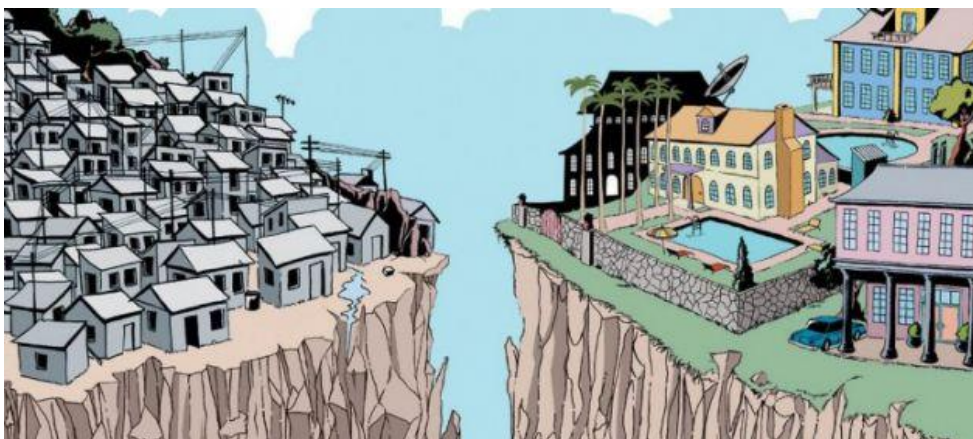
Entendemos que, em todos os níveis, a transparência e a correção nas ações governamentais são obrigações e deveres dos governantes para com aqueles a quem servem: os cidadãos! Esses que, a duras penas, vêm sobrevivendo às mazelas que lhes são impostas por governantes insensíveis e irresponsáveis.

Por isso, faremos diferente! A prestação de contas será uma atividade regular presente em todos os momentos de nosso governo e entregaremos à população aquilo que a ela devemos: o melhor serviço que uma boa gestão pública pode oferecer. Com os olhos no futuro, com ousadia e com os pés firmes no chão demonstraremos, enfaticamente, nosso respeito ao povo

Queremos e, com apoio de todos, vamos acertar!



2. COMBATENDO AS DESIGUALDADES NO DISTRITO FEDERAL



Brasília e todo o Distrito Federal vêm crescendo de forma exponencial desde a inauguração da capital, em 1960. Esse crescimento causa uma forte pressão nos serviços públicos mais essenciais à população: transporte público e mobilidade urbana, educação, segurança, desenvolvimento e geração de empregos, preservação do meio ambiente e, principalmente, a área da saúde.

As características de crescimento de nossa unidade da federação também trazem outras dificuldades. A desigualdade social é reforçada pelas diferenças encontradas entre o Plano Piloto e as demais cidades do DF. Assim, convivemos com duas realidades muito distintas: a das classes mais favorecidas, que desfrutam de uma qualidade de vida diferenciada do restante do Brasil, e a das classes socioeconômicas menos favorecidas, que muitas vezes residem em cidades que são praticamente abandonadas pelo poder público. Tudo isso explicita um grande abismo social, que precisa ser combatido pelo Governo.

Embora uma parcela da sociedade do Distrito Federal não sofra tanto impacto pelos serviços públicos, o direito a saúde, educação, transporte e emprego de qualidade ainda é praticamente inalcançável para maior parte da população. Reduzir



esse abismo é tarefa do Governo do Distrito Federal. E isso se consegue com investimentos apropriados e gestão competente.

A gestão competente passa pela utilização dos recursos disponíveis da melhor forma possível, naquilo que é essencial para dar à população dignidade e melhor qualidade de vida. Significa reconhecer particularidades, peculiaridades e problemas das diferentes comunidades e dar a elas soluções compatíveis às suas necessidades. Significa reconhecer que existem diferenças entre cidadãos e comunidades e tratá-las com a especificidade que cada uma requer. Significa agir, prontamente, diante dos problemas assim que eles sejam identificados.

Essa nova realidade só pode ser alcançada por meio da integração dos serviços públicos e da participação ativa dos cidadãos por intermédio de suas representações comunitárias, identificando, juntos, problemas e modos de resolvê-los. Afinal, é ingênuo pensar que o Governo sozinho poderá dar solução a todas as demandas das comunidades. Transparência, coerência, firmeza nas decisões, inovação e modernização dos serviços públicos e, ainda, a essencial participação de todos é o modo adequado de praticar democracia e respeitar o povo. Assim, faremos!

3. GESTÃO PÚBLICA E POLÍTICA FISCAL



3.1 Gestão pública

Dentre as particularidades que pertencem ao Distrito Federal está, exatamente, sua razão de ser, ou seja, a sede da capital do Governo Central, a capital da República. Essa característica já lhe atribui peculiaridades não enfrentadas por outros entes federativos: uma identidade dupla que lhe obriga a ocupar-se tanto das questões afetas diretamente aos poderes da República aqui instalados e seus funcionários, quanto de todas as demais questões afetas às pessoas que, independentemente de seus trabalhos, funções, origens, condições políticas, sociais e/ou econômicas, estão sob a responsabilidade do Governo do Distrito Federal.

Alia-se ao anterior, o fato de que, por seu posicionamento territorial central, o Distrito Federal passou a ser visto como um importante centro logístico e estratégico para o desenvolvimento econômico regional. Isso traz importantes implicações como, por exemplo, a atração de investimentos privados que, por sua natureza, são vetores de melhoria de qualidade em todos os setores, além da geração de empregos. O resultado potencial é o crescimento econômico que retroalimenta de modo contínuo o processo de evolução, alcançando não só o Distrito Federal, mas toda a sua área de influência.

Apesar desse potencial crescente, pelo menos em termos de possibilidade, o que se tem visto é um endividamento crescente que ameaça as contas públicas. Os custos de pessoal e da máquina pública têm escasseado a capacidade de investimento do Distrito Federal, ameaçando de maneira concreta a possibilidade de melhoria em quaisquer setores. O ajuste da estrutura de governo, tornando-a ágil e comprometida com resultados, é essencial para um avanço.

Estão entre os objetivos permanentes de nosso governo: “enxugar a máquina”, reduzir custos, aumentar a receita a partir de eficiência tributária, captar recursos externos para investimentos públicos e privados, fomentar a atividade produtiva em todos os setores, fortalecer o processo de desenvolvimento econômico integrado, do DF e Entorno, com medidas que sejam capazes de gerar riquezas continuamente,



aumentar a arrecadação sem aumentar tributos e, principalmente, gerar cada vez mais empregos.

Mais uma vez, reafirmamos que isso só será possível com uma gestão competente e comprometida que adote medidas concretas e exequíveis, que motivem e aglutinem as pessoas fazendo-as, também, apropriar-se de tais objetivos, viabilizando a formação de um todo empenhado: governo e população, juntos, para tornar a vida de todos melhor.

Dentre as medidas concretas e exequíveis estão aquelas que estimulam a melhoria da qualidade dos serviços prestados pelo governo, que propiciam a renovação e complemento dos quadros profissionais deficitários, por meio exclusivo do competente concurso público em todos os setores e serviços sob a responsabilidade do Governo do Distrito Federal. Com isso, estabelecem-se as seguintes ações a serem desenvolvidas no âmbito da gestão pública:

1. Racionalização administrativa para redução do número de Secretarias de Estado;
2. Criação e implementação do Plano de Eficiência e Modernização da Estrutura e dos Procedimentos da Administração Pública do GDF, implantando práticas modernas de gestão e de “*compliance*” para as empresas e órgãos públicos do DF, tornando-os mais efetivos no atendimento dos anseios da sociedade do Distrito Federal;
3. Transformação do Banco de Brasília (BRB), de fato, em banco de fomento do Distrito Federal, tornando-o um grande impulsionador de crédito para o pequeno, médio e grande empreendedor, buscando linhas de créditos para o turismo e demais setores econômicos, resgatando o convênio com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para financiar projetos de desenvolvimento econômico do DF;
4. Incremento de concessões e agilidade nos processos das operações do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO);



5. Incremento das operações de crédito para projetos de construção nos segmentos habitacional, comercial e industrial, visando a promoção de desenvolvimento por meio da geração de emprego e de renda, trazendo a dignidade ao trabalhador. O consequente aquecimento da economia propiciará uma maior arrecadação tributária que possibilitará os outros investimentos dos quais a cidade tanto precisa;
6. Aprimoramento e distribuição das destinações orçamentárias para as regiões administrativas de maneira mais proporcional e inteligente;
7. Fortalecimento da autonomia operacional das Administrações Regionais por meio da criação de postos operacionais avançados que facilitarão a atuação dos administradores na realização dos serviços que, embora de simples execução, impactam substancialmente os moradores das cidades administradas e, hoje, dependem da atuação de outros órgãos, mantendo os administradores e a população em uma espera longa e desnecessária;
8. Instituição de critérios objetivos para avaliação do desempenho dos administradores regionais, os quais, preferencialmente, serão moradores da cidade administrada;
9. Exigência de que os administradores públicos cumpram metas de desempenho na administração em prol da prestação de serviços de excelência para a população do Distrito Federal;
10. Renovação e recomposição dos quadros de servidores, por meio dos concursos públicos, recuperando a força de trabalho para atendimento da população com qualidade;
11. Fomento ao diálogo com os servidores para a definição e implementação de medidas que efetivamente criem melhores condições de trabalho;
12. Aproveitamento da estrutura de TI existente (equipamentos e sistemas) visando à economicidade das novas ações a serem implantadas, incorporando no escopo do Plano Diretor de Tecnologia de Informação sua atualização tecnológica como parte efetiva;



- 13.Criação do Sistema de Capacitação Continuada do GDF, para todos os setores do governo;
- 14.Criação do Sistema de Valorização do Servidor Público com implementação de sistema de metas compatíveis com as especificidades de cada carreira, que identifique, reconheça, valorize e estimule os servidores com maior produtividade e compromisso para com o cidadão;
- 15.Investimento em tecnologias que propiciem o aumento da produtividade sem que haja prejuízo para a saúde dos servidores;
- 16.Desenvolvimento de um canal para o diálogo constante com as entidades representativas de classe, a fim de garantir que os anseios da sociedade e dos servidores sejam satisfeitos de forma equilibrada;
- 17.Integração de toda a Administração Pública, disponibilizando em tempo real para os órgãos, por meio de um Portal de Administração, todas as informações importantes relacionadas às áreas da educação, do trânsito, dos serviços públicos, da saúde, da habitação e da segurança pública, o que agilizará e incrementará os serviços prestados de modo que o cidadão tenha, de fato, acesso aos serviços do Estado de forma mais eficiente e eficaz;
- 18.Implantação do Programa Unificado de Desburocratização para atendimento a empreendedores individuais e a empresários, apoiando a abertura de empresas e manutenção da regularidade fiscal;
- 19.Implantação de projetos de estímulo à criação e sobrevivência das micro e pequenas empresas em todo o Distrito Federal;
- 20.Implantação e promoção da consolidação de áreas de empreendimentos industriais, comerciais e de serviços nas Regiões Administrativas e cidades do Entorno do Distrito Federal para ampliar a oferta de empregos da região;
- 21.Redução da insegurança jurídica criada nos últimos anos, definindo claramente as obrigações dos contribuintes industriais, atacadistas,



comerciantes, serviços e todos que dependam do aparato fiscal para investirem e exercerem suas atividades;

22. Extinção da Agefis e redistribuição dos seus servidores para as Administrações Regionais nas quais, sob a coordenação do Administrador Regional, passarão a adotar uma postura “desburocratizante” de modo que um percentual deles exercerá a fiscalização orientadora sobre assuntos essenciais para sociedade e o percentual restante será empregado, diretamente, em ações desburocratizantes;
23. Criação da Secretaria do Pequeno e Microempresário com finalidade de desburocratizar o sistema, visto que estes possuem uma capacidade enorme de geração de emprego e, por isso, devem ser incentivados.

Implantaremos, portanto, uma gestão de pessoal otimizada, obediente aos limites impostos pela Lei de Responsabilidade Fiscal, que utilizará a tecnologia a favor das atividades, permitindo maior produtividade sem abrir mão de boas condições de trabalho para que, assim, não prejudique a saúde do servidor público. Um servidor motivado, com metas definidas, com tecnologias adequadas, certamente prestará um serviço de excelência ao cidadão do DF.

Transformar a atual máquina administrativa em uma estrutura enxuta, eficiente e eficaz para atender as reais necessidades da população do Distrito Federal é um dos objetivos do nosso governo. Uma administração que funcione somente para sua própria existência não encontrará lugar nesse governo que tem como principal objetivo proporcionar as melhores condições de vida possíveis para a coletividade.

Além disso, implementaremos um sistema que estimule o surgimento de novas empresas, pequenas e médias, a partir de simplificação de processos, seja para a sua abertura, quanto para a sua manutenção, o que influenciará diretamente no surgimento de postos de trabalho tão necessários ao desenvolvimento econômico e social do Distrito Federal.



3.1.1 Defensoria Pública



A Defensoria Pública recebeu a missão constitucional de atuar pela promoção dos direitos humanos, pela orientação jurídica e defesa dos necessitados. Essa atuação deve se dar no âmbito individual e coletivo, judicial e extrajudicial, bem como deve ser prestada de forma integral e gratuita.

Por isso, a Defensoria é elevada, pela Constituição Federal de 1988, à condição de instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado e instrumento do regime democrático. Neste contexto, pretende-se implementar as seguintes ações:

1. Aprovação da Lei Complementar Distrital que organiza a Defensoria Pública e a carreira de Defensor Público;
2. Respeito à proposta orçamentária enviada pelo Defensor Público-Geral para consolidação pelo Poder Executivo;
3. Dotação orçamentária que garanta a nomeação, pelo Defensor Público-Geral, de Defensores Públicos aprovados em concurso público autorizado pelo Governo do Distrito Federal, visando atender adequadamente ao aumento de demanda da população carente do DF, inclusive, em razão



da recente criação de novas circunscrições judiciárias (como as do Guará, Recanto das Emas e Águas Claras);

4. Garantia da paridade remuneratória com as demais carreiras jurídicas típicas de Estado, tal qual Magistratura, Ministério Público e Procuradoria do Distrito Federal;
5. Disponibilização de terrenos ou imóveis próximos aos Fóruns para aquisição ou construção de sedes próprias da Defensoria Pública em todas as regiões administrativas do Distrito Federal, de forma a proporcionar atendimento seguro e de fácil acesso à população carente do DF;
6. Reforma dos espaços de atendimento existentes para aumento do conforto da população carente atendida pela Defensoria, respeitando diretrizes de saúde, acessibilidade e medicina do trabalho;
7. Construção de sede própria para a Administração Superior da Defensoria Pública, condizente com seu patamar constitucional de instituição essencial à Justiça;
8. Construção de mais estabelecimentos prisionais, em caráter de urgência, a fim de minimizar a atual superlotação do sistema carcerário do Distrito Federal;
9. Aumento de vagas para trabalho e estudo dentro dos presídios e fomento de parcerias com a iniciativa privada para criação de vagas de emprego e de cursos de qualificação, a fim de se garantir a plena reinserção dos presos na sociedade;
10. Aquisição de equipamentos de tecnologia, para proporcionar o fim das revistas vexatórias em visitantes dos presos;
11. Lotação de mais servidores da área de saúde para atuar dentro dos presídios, a fim de se assegurar aos presos a assistência à saúde prevista na Lei de Execução Penal (LEP).



3.2 Política Fiscal e de Incentivos

O Estado é soberano e tem poder tributante. Os tributos dão ao Estado a capacidade de oferecer e estimular a oferta de melhores serviços à sociedade. Para que isso ocorra, entretanto, é necessário que tanto a capacidade de tributar e quanto a de arrecadar, de forma justa e apropriada, sejam estabelecidas.

Isso se faz com a modernização de processos e de tecnologias a serviço dos órgãos com a responsabilidade de tributos e arrecadações, bem como, daqueles com a responsabilidade de monitoramento e fiscalização, com o fim de prevenir e evitar a ocorrência de sonegação de tributos de competência distrital, evasão e/ou elisão fiscal ilegais.

Para 2019, o GDF prevê um orçamento total na ordem de R\$ 39,8 bilhões, menor em R\$ 400 milhões em relação à estimativa de 2018. Desse total, R\$ 13,7 bilhões estão previstos do FCDF e o restante, ou seja, R\$ 26,1 bilhões são recursos próprios do DF.

Estima-se que o GDF será capaz, em 2019, de apenas 17,7 bilhões do total de recursos próprios necessários. Para que essa arrecadação aumente, permitindo a realização dos objetivos que se propõe, é essencial que haja mudanças concretas e efetivas no modo de gerir o Governo do Distrito Federal, impondo, portanto, uma revisão ampla e geral na política fiscal adotada até aqui.

Nesse sentido, pretende-se implementar as seguintes ações:

1. Adoção de política tributária que incremente a Substituição Tributária Nacional por intermédio de Convênios e Protocolos aprovados pelo Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), nos segmentos de mercadorias e prestação de serviços contemplados pelas avenças. (Exemplos recentes: bebidas

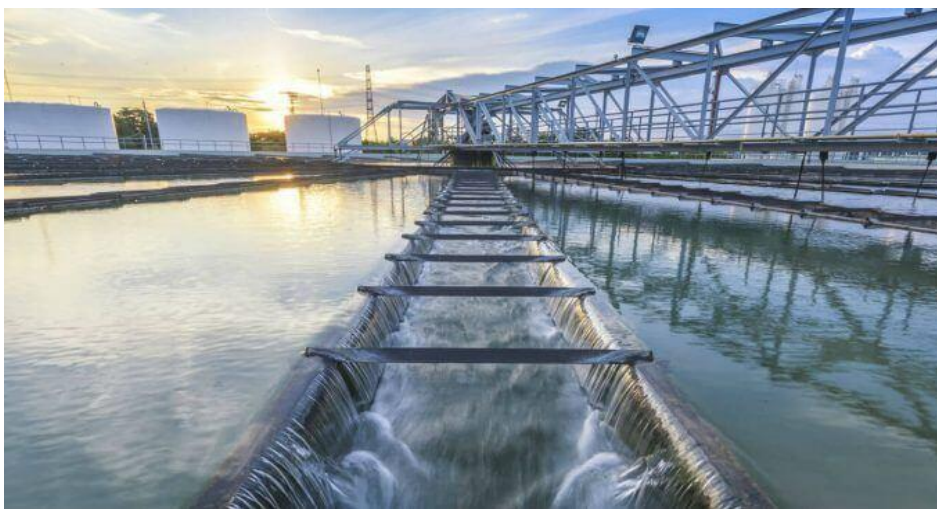


quentes, autopeças e materiais de construção. Exemplos para o futuro: medicamentos em geral, inclusive com o estado de Goiás e do Sul);

2. Redimensionamento das alíquotas de impostos (por exemplo, igualando às alíquotas adotadas no estado de Goiás) de modo a fazer com que as indústrias voltem a se instalar no DF, bem como reintegrar aquelas que saíram em decorrência desse óbice;
3. Retomada do programa “Pró-DF” de incentivo à indústria e ao comércio no DF, trazendo muitos empregos e movimentando a nossa economia;
4. Criação do Conselho de Desenvolvimento e Tributação, composto por auditores, procuradores e contribuintes, para discussão dos temas e gargalos tributários;
5. Revisão das alíquotas do ICMS para combustíveis, comunicação e demais itens estratégicos para a economia local;
6. Redução das alíquotas de IPVA, ITBI, ITCD, ISS, voltando aos patamares de 2010 e novos patamares para o desenvolvimento e arrecadação na área do ISS;
7. Integração de forças políticas com o Governo de Goiás a fim de potencializar o desenvolvimento local e o regional;
8. Revitalização das áreas de desenvolvimento econômico, com infraestrutura, logística e serviços públicos, conferindo maior competitividade na atração de empresas para o DF;
9. Redução da carga tributária de medicamentos, inclusive via convênio/protocolo no Confaz, com o objetivo de diminuir os preços desses produtos para a população do DF, principalmente para a de baixa renda.



4. ENERGIA ELÉTRICA, ÁGUA E SANEAMENTO BÁSICO



A regularidade e a eficiência no fornecimento de energia elétrica são cruciais para garantir o bem-estar da população e são pontos nevrálgicos para qualquer cidade que almeja crescimento econômico por meio do incentivo à atividade empreendedora.

Para que isso ocorra, é necessário garantir que uma eficiente distribuição de energia seja assegurada a preços justos. Não se pode transferir para o cidadão o preço da ineficiência provocada por uma má gestão. Investir, em infraestrutura e em práticas consagradas de gestão, é o melhor caminho para garantir que o cidadão seja o maior beneficiado dessa maravilha do mundo moderno que é a energia elétrica.

Para atingir tais objetivos, nosso governo irá:

1. Garantir o equilíbrio econômico-financeiro da CEB por meio de melhores práticas de gestão e governança, para que ela possa cumprir com suas responsabilidades de empresa pública propiciadora de desenvolvimento e bem-estar, sem onerar a população com tarifas abusivas;
2. Investir na modernização do sistema de distribuição de energia, acompanhando as novas tecnologias de forma a reduzir



ocorrências de desligamentos e garantir a continuidade dos serviços;

3. Estimular ações de consumo racional de energia, o uso de energias limpas e a substituição de equipamentos elétricos de elevado consumo;
4. Incrementar a qualidade, a eficiência e garantir a continuidade da prestação do serviço de distribuição de energia elétrica na área rural;
5. Viabilizar a implantação de projetos para a exploração de geração de energia renovável (fotovoltaica, eólica e biomassa), em parceria com a iniciativa privada;
6. Implantar sistemas de recarga de energia dos carros híbridos em estacionamentos públicos e demais localidades em que haja viabilidade técnica e econômica para sua implantação;
7. Promover a expansão da rede de iluminação pública com compromisso de buscar sempre a eficiência energética, atender aos anseios da população e aos indicadores de segurança pública;
8. Adotar medidas administrativas e operacionais para assegurar a disponibilidade dos serviços de iluminação pública em todas as regiões administrativas do Distrito Federal de forma permanente e com índices mínimos de interrupção;
9. Implantar tarifa indutora de desenvolvimento para atividade empreendedora, bem como para a retomada da tarifa solidária para os casos devidamente comprovados de necessidade, por tempo determinado.

Relativamente à distribuição de água e de saneamento básico, nosso governo adotará medidas para evitar que o desastre ocorrido nos últimos anos, e que nos levou ao período prolongado de racionamento, jamais ocorra novamente por problema de gestão do sistema, de modo que o nosso governo trabalhará principalmente na implementação dos seguintes tópicos relativamente à temática:



1. Aumento da matriz de oferta de água para todo o Distrito Federal, combatendo o furto de água (os conhecidos “gatos”);
2. Oferta de água tratada e de captação de esgotos a 100% da população do Distrito Federal;
3. Combate à perda e ao desperdício de água através de efetividade de gestão, da melhoria da malha de abastecimento e da manutenção e recuperação das redes de água;
4. Manutenção da Caesb como empresa pública face à importância estratégica do sistema de fornecimento de água e de saneamento básico, porém, acompanhada da exigência do cumprimento de elevados padrões de desempenho por parte da empresa de modo a trazer altos índices de satisfação aos clientes-cidadãos;
5. Investimento em programas de educação à população em parceria com as escolas, empresas, associações e entidades de classe para difundir o conhecimento sobre as consequências da obstrução de redes pluviais e de esgoto, sobre os danos causados pelo desperdício dos recursos hídricos, bem como sobre o ciclo de saneamento e suas implicações no cotidiano dos cidadãos;
6. Aprimoramento dos canais de comunicação com os clientes de modo a propiciar um atendimento mais rápido e efetivo das demandas do cidadão;
7. Ampliação dos serviços prestados à comunidade, assegurando continuidade e qualidade, com cobrança justa, inclusive em áreas em processo de regularização;
8. Universalização do abastecimento de água e esgotamento sanitário urbano e ampliação do serviço rural;
9. Retomada criteriosa da tarifa solidária subsidiada pelo governo do DF;
10. Incentivo de projetos de reuso de água e captação de águas pluviais em parceria com universidades e faculdades públicas e privadas.



5. EDUCAÇÃO



Vivemos em uma época de grandes avanços sociais e tecnológicos que têm mudado profundamente a nossa realidade. Para acompanhar esses avanços com segurança e aumentar as chances de vitória do nosso povo, é preciso prepará-lo por meio da educação, a qual deve ser efetiva desde a mais tenra idade.

Uma parceria profunda entre pais e escola deve ser incentivada, pois a educação é um processo contínuo que não se resume ao tempo dedicado na escola, por ser imprescindível o seu prosseguimento em casa e no convívio social.

Enfim, um governo sério deve implantar um modelo sério de educação, que impeça as ações ideológicas e trate do futuro das gerações, ensinando e preparando os alunos para os reais desafios práticos que eles enfrentarão em suas vidas. Não há espaço para perda de tempo! A ação deve ser séria, urgente e abrangente, atingindo todos os níveis, desde a creche até a pós-graduação.

Nossa equipe de governo tem plena consciência das responsabilidades sobre a educação. Ela (a educação) terá uma atenção especial, pois o futuro do DF e de



nossas crianças começa a ser construído hoje nas escolas e, considerando a realidade atual da educação no DF, ele não é muito promissor.

Nosso governo mudará essa situação, tratando com seriedade todo o sistema educacional, valorizaremos os professores e todos servidores que contribuem diretamente com a atividade de ensino.

A valorização sempre deve vir acompanhada das contrapartidas em resultados palpáveis, garantindo aos cidadãos que seus filhos estão, de fato, sendo preparados para um futuro profissional de sucesso; que não admite espaço para as doutrinações ideológico-partidárias. Sem a educação de qualidade, não haverá avanço nas outras áreas.

5.1 Educação Básica e modelagem viável

A falta da devida importância com a educação básica é um grave erro nacional que vem de longa data e será corrigido pelo governo Fraga. Nossa qualidade de ensino é baixa quando comparada com outros países, inclusive da África. O país ficou mal classificado no Programa Internacional de Avaliação de Alunos (Pisa). No desempenho de matemática, os estudantes brasileiros saíram pior que 89% dos participantes.

O desenho considerado pelo menos adequado (nível 2, ou 482 pontos) foi atribuído a 33% dos brasileiros, bem menos que os 90% dos coreanos, ou 80% de vinte países e os 70% de outros 40 países. O Brasil ficou na lista dos 11% com pior desempenho. Ou seja, em uma comparação internacional sobre ensino básico, o Brasil está muito atrasado. Apesar de o DF ter ficado um pouco acima da média nacional, ainda tem muito que melhorar na qualidade do ensino.

Quando a escolaridade de uma população cresce, há sempre impacto positivo no mercado de trabalho, que passa a contar com uma população com maior capacidade e velocidade de absorção de produção e inovação tecnológica.

Em pouco mais de uma década, a escolaridade média brasileira passou de 6,2 para 8,7 anos, porém não se pode dizer que houve melhora na qualidade do ensino. Algumas medidas utilizadas (como a política de não reprovação de alunos) provocaram



um falseamento dos números, de modo que a aparente diminuição de alunos reprovados não indica que eles aprenderam, ao contrário, o analfabetismo funcional tem se mostrado crescente.

Hoje, praticamente todas as crianças de 7 a 14 anos têm acesso à escola. Em 2014, um jovem de 15 anos tinha apenas 6,8 anos de estudo quando deveria ter nove anos, ou seja, pelo menos dois anos de escola são perdidos até essa idade. Aos 18 anos, o jovem tem 8,7 anos de escolaridade em vez dos necessários 12 anos. O quadro se agrava pela baixa qualidade de ensino e pela enorme disparidade educacional entre os alunos oriundos de escolas públicas e os de escolas particulares. A evasão escolar nas classes de renda mais baixa ainda é muito grande. Esses alunos apresentam também maior dificuldade de aprendizado.

A mensuração da produtividade e da efetividade de cada professor, sua dedicação, sua motivação e seu aprimoramento técnico, bem como sua remuneração adequada, também são fundamentais para o êxito de qualquer plano de melhoria da educação.

É preciso acabar com a gestão precária e arcaica das escolas. Docentes desmotivados têm baixo preparo para atuar em salas de aula e suas carreiras são mais associadas à antiguidade que à eficiência.

É preciso também melhorar as diretrizes da educação no DF, afastar de uma vez por todas das escolas aquilo que não tem relevância para o futuro profissional dos nossos filhos. Não há espaço para perda de tempo!

Vamos investir em todos os modelos de sucesso, incluindo aí o modelo das Escolas Cívicas de período integral. A Escola Cívica será implantada, em caráter experimental, em três unidades do DF, escolhidas entre aquelas que enfrentam maior dificuldade em termos de resultados dos alunos. Com a constatação inequívoca de sucesso, o modelo será implantado de forma gradativa e monitorado de modo que, ao final do primeiro período de governo, o modelo esteja ampliado em todo o DF com, pelo menos, uma escola cívica por região administrativa. Nossa escola pública terá o melhor desempenho nacional e, como uma das metas ambiciosas, elevará a classificação do país nos exames de desempenho internacionais.



5.2 Cuidados com os jovens e com os adultos

Além de investir pesadamente na educação básica, nosso governo terá especial atenção para com os jovens. Criaremos novas escolas técnicas e faculdades públicas, seguindo o modelo da Escola Superior de Ciências da Saúde, ampliando a variedade de cursos, por exemplo, voltados para as áreas de tecnologia, de engenharia e de gestão. Haverá um percentual de vagas garantidas, aos alunos, no projeto de inclusão de jovens no mercado de trabalho denominado “Jovem de Futuro”.

Também serão adotadas medidas para ampliar o acesso e melhorar a metodologia dos programas de Educação de Jovens e Adultos (EJA), de habilitação em idiomas e de inclusão digital em todas as cidades do DF. Para a realização dessas ações, pais, professores, alunos, representantes do mercado de trabalho e sociedade civil serão ouvidos para que se chegue a um ponto de equilíbrio e as necessidades possam ser supridas.

As principais medidas relacionadas à área de educação serão as seguintes:

1. Contratação de professores de carreira e de professores temporários para garantir a sua presença nas escolas, evitando prejuízos aos alunos;
2. Incentivar a participação de servidores da área de educação em programas de graduação e de pós-graduação, para a obtenção de melhores resultados na qualidade da educação básica;
3. Valorizar a questão salarial dos professores e demais servidores da educação do DF para que recebam salários justos e compatíveis com a importante função que desempenham;
4. Incentivar a criação, premiar resultados excelentes e multiplicar os projetos de sucesso desenvolvidos pelos profissionais de educação ou por equipes que promoveram avanços em índices educacionais;



5. Criar incentivos e prêmios aos alunos que se destacarem nos exames de verificação de desempenho de alunos;
6. Desenvolver uma base curricular própria, desvinculada de qualquer cunho ideológico de modo a preparar o aluno para os desafios profissionais e sociais futuros;
7. Construir escolas próximas aos locais de maior demanda para reduzir, ao máximo, a necessidade de transporte escolar;
8. Ampliar o acesso dos professores, alunos e demais profissionais da educação aos equipamentos de informática e às novas tecnologias de informação e comunicação;
9. Criar, juntamente com as entidades representativas, parâmetros e metas de desempenho para os servidores da educação e para os alunos visando propiciar bons resultados para a educação, inclusive com bonificação pecuniária aos servidores de destaque que contribuírem diretamente para o alcance dos resultados objetivados nas avaliações nacionais e internacionais de qualidade do ensino;
10. Aprimorar a qualidade da alimentação escolar, incentivando a suplementação alimentar saudável;
11. Manter e melhorar o programa de bolsa de incentivo à manutenção de crianças nas escolas, com a contrapartida de bons resultados nos estudos;
12. Criar e incentivar a participação dos servidores da educação em programas de educação continuada a fim de que se mantenham atualizados, garantindo a existência de um ensino de qualidade nas escolas do DF;
13. Retomar as aulas de Educação Física e do Desporto Escolar, pelo menos, nas escolas de período integral;
14. Adotar programas de ensino que incentivem o progresso profissional, científico e tecnológico.



6. SAÚDE



Os sistemas de saúde convivem, atualmente, com dilemas estruturais relacionados à compatibilização entre o aumento contínuo das necessidades de saúde motivado por fatores demográficos, o avanço tecnológico e o aumento do grau de exigência dos cidadãos.

Por outro lado, convive-se com a pressão sobre as contas públicas e a necessidade de controle dos déficits e dos níveis de dívida pública. A implantação do Sistema Único de Saúde (SUS) universal, cunhado na Constituição Federal e nas Leis Orgânicas, requer o enfrentamento desses obstáculos que configuram o contexto complexo da gestão pública em saúde.

Os recursos públicos para financiamento das políticas de saúde estão aquém do necessário na última década, de modo que será imprescindível aprimorar a gestão da saúde frente a esses desafios.

Enfrentaremos todos obstáculos e proporcionaremos à população do Distrito Federal um sistema de saúde capaz de atendê-la com qualidade.



6.1 Atenção primária em saúde

Considerando a cobertura assistencial insuficiente, a grande dificuldade no acesso ao sistema público de saúde no DF e os cuidados que devemos ter com os usuários do SUS, propomos a adequação do sistema atual ao preconizado pela Política Nacional de Atenção Básica do Ministério da Saúde (PNAB/MS), que foi reorganizada pela Portaria N2/ 28, de setembro de 2017, adotando as seguintes medidas:

1. Reestruturar e reforçar a atenção primária em saúde, ampliando as equipes de saúde da família de modo a atingir 100% de cobertura;
2. Resgatar a saúde bucal, com equipes móveis visitando as escolas públicas;
3. Retomar as Carretas da Saúde da Mulher, que tiveram bons resultados na prevenção de doenças;
4. Recuperar a Carreta das Cataratas, que se revelou um programa de êxito;
5. Restabelecer a presença nos Postos de Saúde de, pelo menos, três especialidades médicas (ginecologia, clínica geral e pediatria);
6. Integrar as agendas via sistema informatizado. (E-SUS + Trackcare);
7. Providenciar, já na atenção primária, o agendamento de consultas e exames pelo sistema;
8. Integrar a rede Estratégia Saúde da Família (ESF), Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF) e policlínicas de especialidades com a rede referência e contra referência, desde a atenção primária até a alta complexidade, evitando, assim, que o paciente tenha o fluxo de atendimento perdido.



6.2 Atenção hospitalar

A rede hospitalar do Distrito Federal vem sofrendo um sucateamento impactante. A mais recente unidade hospitalar a entrar em funcionamento, o Hospital Regional de Samambaia (HRSam), já tem mais de 10 anos. O número de leitos fechados, nos últimos quatro anos, supera mil unidades. Segundo o Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES) havia 4.354 leitos ativos em dezembro de 2014 e apenas 3.249 em abril de 2018.

Para atacar o problema, adotaremos as seguintes medidas:

1. Aumentar o número de leitos, desbloqueando imediatamente leitos fora de operação;
2. Redimensionar a rede física;
3. Revisar todos os contratos em vigor, visando economia e efetividade;
4. Implantar o Programa de desospitalização, ação que estimulará o núcleo regional de assistência domiciliar;
5. Ampliar a rede hospitalar com a construção de três hospitais: um Hospital Regional no Sol Nascente (Ceilândia), inclusive realizando atendimento materno infantil, um no Recanto das Emas e um em São Sebastião;
6. Adotar ações para reduzir o tempo de permanência hospitalar, melhorando, assim, as taxas de ocupação;
7. Otimizar os serviços de diagnósticos complementares, gestão de leitos, Núcleo Regional de Atenção Domiciliar (NRAD) etc.;
8. Integrar os níveis de assistência via sistema informatizado;
9. Fomentar a implantação do ciclo de assistência farmacêutica com ênfase na logística de aquisição e distribuição de insumos;
10. Criar o Centro Integrado de Atendimento à Mulher (Ciam);
11. Reformar unidades hospitalares que se encontram em situações insalubres;



12. Criar um canal adicional para marcação de consultas, desenvolvendo um aplicativo para o acompanhamento de vagas disponíveis e, também, reativar a central telefônica de marcação, uma vez que já funcionou com sucesso em outra época.

6.3 Alta complexidade

O desmantelamento deliberado de setores estratégicos causa grande prejuízo assistencial à população. Com o pretexto de melhorar os cuidados com pacientes de cirurgia cardíaca, por exemplo, houve a desestruturação do, outrora respeitado, serviço no Hospital de Base do Distrito Federal (HBDF) em favor do Instituto de Cardiologia do Distrito Federal (ICDF) com terceirização total.

É inegável também a precarização dos cuidados oncológicos no Distrito Federal. Os pacientes estão, a duras penas, sendo obrigados a procurar assistência fora do DF. Para sanar esses problemas, atuaremos, conforme a área específica, da seguinte forma:

- **Oncologia:** reestruturar completamente a linha de cuidados de pacientes oncológicos, priorizando a prevenção, o diagnóstico precoce e o tratamento adequado (Hospital do Câncer). Promover a consolidação do Programa Nacional de Capacitação das Cidades (PNCC) no Distrito Federal;
- **Cirurgia cardíaca e hemodinâmica:** fortalecimento da rede própria;
- **Transplantes:** fomentar equipes de transplantes diversos;
- **Traumato-ortopedia:** reestruturar a linha de cuidados, no sentido de evitar longos períodos de internação, daqueles que aguardam cirurgia, com a otimização do uso de Órteses, Próteses e Materiais Especiais (OPME);
- **Terapia dialítica:** favorecer rede própria.



6.4 Servidor da Saúde

Nenhum serviço prestado pelo Estado funciona sem a participação do servidor público. Valorizar o profissional é, portanto, fundamental para que se possa pensar em qualquer tipo de melhoria para o cidadão. Dessa forma, considerando a saúde como uma área tão sensível, adotaremos medidas de cuidado especial com os seus servidores, em especial:

1. Valorização do servidor disponibilizando a proteção física e psicológica do profissional, bem como a melhoria das condições de trabalho, implantando, ainda, o programa de combate ao absenteísmo;
2. Reparação das injustiças e prejuízos da má gestão que atingem o servidor da saúde;
3. Reestruturação da carreira de agente de vigilância ambiental do Distrito Federal;
4. Acolhimento dos representantes dos médicos e dos profissionais da saúde do DF, para atender, dentro do possível, suas necessidades e convidá-los a juntar esforços na luta pela recuperação da nossa saúde pública;
5. Incentivo à meritocracia (produtividade) com a adoção de programas de estímulo à criatividade, de políticas de capacitação, de estímulo à qualificação, bem como com a definição de metas de desempenho a serem atingidas, podendo bonificar àqueles que atingirem os melhores resultados;
6. Integração entre a SES/DF e as entidades de classe resgatando a dignidade laboral dos servidores;
7. Reajustes salariais dos servidores da saúde, já previstos e autorizados, que têm sido ignorados pelo atual Governo;



8. Revisão imediata das portarias que, em certas categorias, engessam as escalas de trabalho;
9. Estímulo a reversão de servidores aposentados, contratando médicos, enfermeiros e técnicos da saúde para recompor rapidamente o quadro de servidores experientes.

6.5 Educação e Saúde

1. Transformar, com responsabilidade, o maior número possível de hospitais da rede em hospitais de ensino objetivando acolher a demanda dos estudantes e dos pacientes;
2. Promover a integração com as instituições privadas de ensino superior que utilizam a infraestrutura da rede e a cooperação entre a Secretária de Saúde do Distrito Federal (SES/DF) e as escolas de ensino técnicos do DF;
3. Promover o credenciamento, no MEC, de programas de Residências Médicas, voltando a dar condições de ensino médico no Hospital de Base.

6.6 Gestão de Recursos Financeiros

A má gestão orçamentária, a falta de faturamento, os desperdícios provocados por processos logísticos inadequados, os descontroles de estoques, a excessiva judicialização têm imposto vários prejuízos aos cofres da SES/DF. Então, iremos:

1. Completar a informatização da rede, integrando o faturamento da SES/DF com o do Ministério da Saúde (MS);



2. Descentralizar a gestão e os recursos financeiros nas regionais de saúde;
3. Implantar controles eletrônicos de estoques e distribuição, evitando desperdícios;
4. Promover parcerias complementares com o setor privado, firmando convênios (vantajosos economicamente para o Estado) com a rede privada de saúde, para zerar a fila de exames nos primeiros 180 dias;
5. Buscar recursos externos para o aprimoramento do sistema de saúde do DF.

6.7 Saúde atual

Em pleno século XXI não é possível aceitar filas para a marcação de uma consulta ou de um simples exame, tampouco aguardar sem perspectiva a marcação de uma cirurgia, por exemplo. Existem os *smartphones*, computadores, tabletes. Existem vários aplicativos que podem possibilitar que consultas e exames sejam marcados remotamente. Isso não é novo e já é feito em várias cidades brasileiras. O que faremos é tirar essa excelente ideia do papel em tempo recorde, pois já temos uma equipe de pessoas dedicadas estudando a melhor solução para a saúde pública no Distrito Federal. Dentre diversas ações, destacamos:

1. Criação do núcleo de inovações tecnológicas em parceria com as universidades/faculdades públicas;
2. Marcação de consultas e avaliação do atendimento recebido por meio de aplicativos.



6.8 SAMU

O serviço de atendimento pré-hospitalar já foi referência nacional, recebendo diversas equipes de outros estados para treinamento e aperfeiçoamento. Atualmente, nota-se a desmobilização administrativa e o maior sucateamento da sua história, resultando em demorado tempo de resposta ao usuário e altíssimo grau de ineficiência. É inaceitável! Para evitar que isso continue acontecendo, nosso governo irá:

1. Recuperar imediatamente a capacidade operacional das equipes de atendimento pré-hospitalar;
2. Mudar (para melhor) os fluxos que foram alterados nos últimos anos;
3. Fortalecer o treinamento e a formação de novas equipes.

7. SEGURANÇA PÚBLICA



A segurança pública tem se tornado um grande desafio ao Brasil, nas últimas décadas. Conforme o Anuário de Segurança Pública de 2018, o ano de 2017 culminou com mais de 63 mil indivíduos mortos, alcançado a inescrupulosa cifra de 30,8 homicídios por 100 mil habitantes. Taxa até agora inalcançada pelos conflitos ocorridos a partir da segunda metade do século XX.



Tal preocupação não é diferente nas unidades federadas brasileiras, entre elas o Distrito Federal. Ao contrário, seria de se supor que a capital do país, sede do governo federal, fosse o palco das melhores atenções das autoridades constituídas, proporcionando um sistema de segurança pública que fosse referência para os demais estados. O sistema prisional também mereceria especial atenção.

No entanto, a realidade não poderia estar mais distante, pois as instituições policiais e de segurança estão com uma série de problemas administrativos e logísticos, tais como: ausência de uma estrutura de carreira adequada aos anseios dos profissionais integrantes das forças de segurança, ausência de participação efetiva da população no processo de produção de segurança, ausência de políticas públicas indutoras de programas, projetos e ações efetivas na redução do crime, da violência e da sensação de insegurança.

Esses são apenas alguns dos fatores que contribuem para que o cenário da segurança pública no Distrito Federal venha, há alguns anos, apresentando sérias deficiências, propiciando que o desenvolvimento da região e a melhoria da qualidade de vida estejam aquém do que é esperado pela população.

Nesse sentido, é urgente que o Distrito Federal seja objeto da atenção das autoridades políticas que o governam e têm condições de criar os mecanismos necessários para a instalação de um novo cenário na segurança pública.

Por isso, apresentamos, a seguir, o Programa Distrital de Segurança Pública (PRODESP), contendo o eixo norteador do programa de segurança pública do partido Democratas (DEM), que, liderado pelo candidato ao governo do Distrito Federal, Deputado Federal Alberto Fraga, espera ser capaz de dar as respostas necessárias e efetivas ao cenário indesejável de segurança pública instalado na capital federal.

7.1. Conceito

O PRODESP, como todo programa, abrange diferentes projetos e ações de governo, que, integrados, poderão produzir os resultados desejados para atenuar o sofrimento da população distrital em relação aos fenômenos da segurança pública.

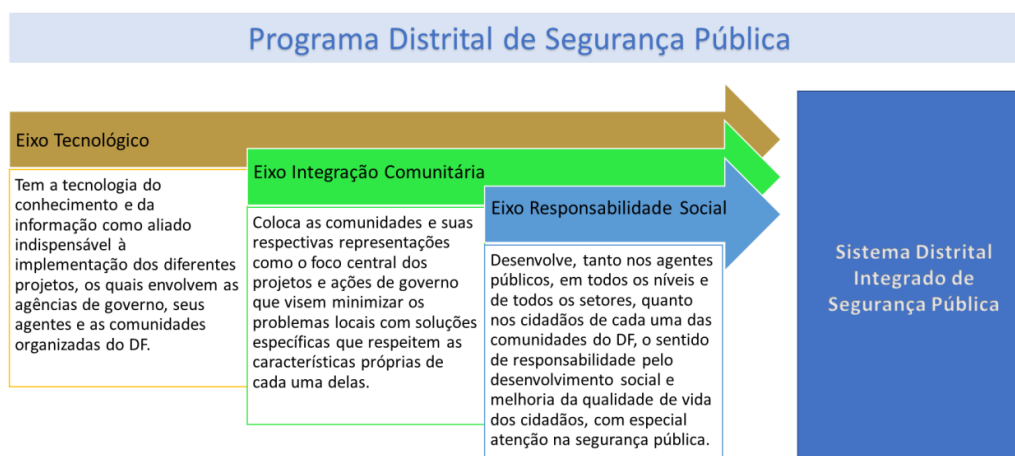


Todavia, tal programa, só é passível de sucesso, caso possa ser conduzido, conjuntamente, por todos aqueles que, em maior ou menor grau, devem se comportar como protagonistas no processo de produção de segurança pública. São eles: a) o governo com suas agências e seus agentes; b) a população com seus grupos organizados e predispostos a colaborar de forma efetiva na condução de ações que culminem em melhor qualidade de vida nas comunidades constituídas. Se o binômio governo-população não atuar de modo integrado, uníssono e pautado pela busca de um objetivo comum, nenhum programa, como visto até aqui, poderá funcionar adequadamente.

Nesse sentido, entende-se que a única estratégia possível de condução ao sucesso é a de produção de melhorias contínuas associadas ao desempenho de cada um dos atores a serem envolvidos nos programas, sejam eles agências ou agentes públicos ou entes comunitários.

Com essa visão, o PRODESP está concebido a partir de três eixos que, operando em conjunto, formarão o Sistema Distrital Integrado de Segurança Pública, produzindo, enfim, o que vem sendo desejado há décadas. A figura ilustra os eixos principais do PRODESP.

Figura 1 - Eixos do PRODESP



7.2. Eixos do Programa Distrital de Segurança Pública

O PRODESP está concebido em três eixos considerados essenciais para seu sucesso, conforme se segue:

● **Eixo Tecnológico** – o PRODESP foi pensado para aproveitar o máximo possível da contribuição da tecnologia do conhecimento e da informação, visando implantar no Distrito Federal as mais modernas soluções úteis à segurança pública, capazes de contribuir para a redução das taxas de criminalidade e violência, além de aumentar a sensação de segurança e melhorar a qualidade de vida da população.

Tais tecnologias se referem, de um lado, a projetos sociais que envolvam todas as comunidades, cada uma em suas especificidades, destinados a famílias, crianças, jovens, adultos e idosos, cuja integração social comunitária seja requerida para a mudança do cenário local de segurança pública.

Também se referem às tecnologias sociais que possam ser oferecidas a todos os agentes governamentais que, direta ou indiretamente, podem contribuir para a melhoria do quadro da segurança pública. Em especial, os agentes das forças de segurança pública, oferecendo-lhes as condições necessárias para que possam psicologicamente e tecnicamente entregar à população a qualidade de serviços que deles se espera.

De outro lado, referem-se às melhores práticas e operações proporcionadas pelas tecnologias da informação e da informática que possam oferecer condições mais adequadas para que os agentes da segurança pública, assim como as próprias comunidades possam, conjuntamente, desenvolver soluções que promovam maiores níveis de prevenção em relação aos fenômenos da atualidade na área de segurança pública e correlatos, bem como



possam auxiliar as forças responsáveis pela investigação de crimes e perseguição criminal a aumentarem o grau de sucesso no esclarecimento dos casos que lhes sejam submetidos nos termos da legislação vigente.

●**Eixo Integração Comunitária** – o PRODESP preconiza a integração do governo, suas agências e seus agentes com as comunidades do Distrito Federal como o elemento norteador e essencial no alcance dos objetivos do programa.

A participação da comunidade nos processos consultivos e deliberativos, por meio de suas representações organizadas, é um fator indispensável para o sucesso do programa, cabendo ao governo a criação das condições necessárias, estruturais e legais, para a participação efetiva dessas representações e suas respectivas comunidades.

Encontram-se incluídas nesse eixo, a estruturação de conselhos deliberativos comunitários de segurança pública e paz social, organizados e implantados por legislação específica, e responsáveis, perante suas comunidades, pela interação com as diferentes agências de governo e pelos, denominados neste programa, sistemas comunitários de informação de segurança pública.

●**Eixo Responsabilidade Social** – o PRODESP se propõe a funcionar como um mecanismo indutor do que se considera responsabilidade social em segurança pública.

Os fenômenos dessa área social são sistêmicos, ou seja, têm causas e consequências abrangentes que vão muito além das questões relacionadas apenas ao crime e à violência. Questões relacionadas à educação, à economia, à política, ao trabalho, ao transporte, à habitação, às relações interpessoais, às hierarquias e às desigualdades sociais são afetadas pela violência e pelo crime e, por sua vez, podem funcionar como mecanismos indutores para a geração de crime e violência.



É essencial que tanto o governo e seus agentes, como as comunidades, sejam capazes de identificar os mecanismos gerais e locais de produção de crime e violência e possam, conjuntamente, assumir a responsabilidade pela alteração positiva do cenário instalado, respeitando-se as peculiaridades locais e suas possibilidades.

Sem que as comunidades entendam o papel fundamental que exercem na alteração de seus ambientes, e sem que o governo e seus agentes entendam seu papel essencial de indutor na criação de ambientes propícios, para que as comunidades assumam o necessário protagonismo na apropriação de seus espaços territoriais e respectivos desenvolvimentos sociais, orientados pelas melhores práticas, nenhum programa será capaz de ter sucesso.

7.3. Estratégia de melhorias associadas a desempenho

Difícilmente haverá sucesso na implantação de um programa se não existirem mecanismos de monitoramento, controle dos processos e dos produtos deles resultantes. No caso da segurança pública, a redução da violência e do crime, a redução da sensação de insegurança das pessoas, o aumento da qualidade de vida das pessoas e das comunidades são todos objetivos comuns a qualquer aglomerado urbano.

Não basta que o governo se incumba sozinho de criar as condições para que os objetivos sejam alcançados. Como foi dito anteriormente, violência e crime são causas e consequências de um quadro sistêmico que afeta a todos e que, por isso, deve receber de todos, governo e população, a necessária atenção e cuidado.

Nesse sentido, os projetos e ações contidas no PRODESP têm, dentre os objetivos, a proposta de despertar – em todos os atores envolvidos – a valorização do desempenho como condição de sucesso pelo resultado local e geral.



Entende-se que, tanto o governo quanto suas agências e agentes, quanto as comunidades devam se responsabilizar pelos resultados alcançados. Para tanto, serão implantados mecanismos de monitoramento, controle, mensuração e avaliação de desempenhos, nas diferentes áreas de governo, com a novidade de que haverá participação direta da sociedade no processo de avaliação dos resultados. Também existirão mecanismos de avaliação dos resultados de esforços empreendidos pelas comunidades em mudar, de modo positivo, seus respectivos ambientes.

7.4. Objetivos do PRODESP

7.4.1. Objetivo Geral

Baseado no conceito exposto, o Programa Distrital de Segurança Pública tem o seguinte objetivo geral:

- Reduzir a incidência da violência, da criminalidade e da sensação de insegurança, estimulando a participação dos membros da sociedade brasileira de todos os setores e classes sociais, de modo a contribuir efetivamente para a melhoria da qualidade de vida e do desenvolvimento social do Distrito Federal.

7.4.2. Objetivos Específicos

O alcance do objetivo geral do programa está vinculado aos seguintes objetivos específicos:



- I. Melhorar a qualidade do atendimento no âmbito da segurança pública, bem como a percepção de segurança pela população;
- II. Estimular a ampla participação comunitária no processo de produção da segurança pública;
- III. Desenvolver mecanismos de aproximação da população com as agências e agentes de segurança pública;
- IV. Implantar mecanismos de valorização das agências e dos agentes da segurança pública;
- V. Implantar modernos modelos de gestão nas agências de governo com responsabilidade, direta ou indireta, na segurança pública;
- VI. Estimular a integração sistêmica entre as agências de segurança públicas e demais agências do governo;
- VII. Implantar sistemas tecnológicos que dêem suporte ao sistema de segurança pública do Distrito Federal;
- VIII. Implantar mecanismos de monitoramento e avaliação dos resultados na segurança pública, com a participação de representações das comunidades do Distrito Federal.

7.5. Implementação do Programa Distrital de Segurança Pública

Estabelecidos os objetivos a alcançar, o próximo passo trata de identificar projetos e ações concernentes ao seu alcance. Embora estejam descritos no âmbito de cada objetivo específico, pretende-se que sejam implementados de forma integrada e contínua, linear ou paralela, de acordo com o planejamento de execução a ser elaborado e os recursos disponibilizados para sua realização. A seguir, de modo simplificado, apresentamos projetos e ações por objetivo.



Objetivo I - Melhorar a qualidade do atendimento no âmbito da segurança pública, bem como a percepção de segurança pela população.

- **Projeto Rondas Comunitárias:** implantação do sistema de rondas motorizadas e a pé, realizadas por policiais devidamente treinados para a identificação de problemas locais relacionados à segurança pública, assim como o planejamento e a criação de soluções em parceria com a comunidade.

- **Projeto Rondas Candangas:** retorno, atualizado, da antiga Rocam, com a finalidade de desenvolver policiamento baseado em saturação nas áreas de alta concentração de violência e criminalidade.

- Desenvolver, em cada região administrativa, soluções para a melhoria da mobilidade urbana local e do trânsito de veículos;

- Implantar, pelo menos, uma delegacia da mulher em cada uma das regiões administrativas;

- Implantar, no mínimo, uma delegacia da criança e do adolescente em cada região administrativa.

Objetivo II - Estimular a ampla participação comunitária no processo de produção da segurança pública.

- **Projeto Territórios da Paz** – implementar nas comunidades, com índices significativos de problemas de violência e criminalidade, com a participação da comunidade, ações destinadas a estimular os cidadãos, jovens e adultos, na identificação de soluções que reduzam tais índices e melhorem a qualidade de vida.

- **Projeto “Pessoas Especiais”** - destinado ao atendimento específico de grupos vulneráveis e minorias, tais como mulheres e crianças vítimas de violência doméstica, crianças em situação de abandono, usuários de drogas



entre outros. O projeto envolve a participação direta e voluntariada da população local, de organizações do terceiro setor e de organizações privadas.

Objetivo III - Desenvolver mecanismos de aproximação da população com as agências e agentes de segurança pública.

- **Projeto CEDESP:** criação e implantação de “Centros Integrados e Comunitários de Educação para a Segurança Pública”, em cada região administrativa, em parceria com o sistema educacional local e os conselhos comunitários de segurança pública.

- Formar, de modo contínuo, agentes comunitários de segurança pública.

- Fortalecer e atribuir graus de autonomia legal aos conselhos comunitários de segurança para a condução de projetos sociais locais, por meio da captação de recursos públicos e privados.

- Atribuir responsabilidade aos conselhos comunitários de segurança para conduzirem o processo de avaliação e a premiação das agências e de agentes da segurança pública, assim como de outras agências de governo relacionadas.

Objetivo IV - Implantar mecanismos de valorização das agências e dos agentes da segurança pública.

- Criar e implementar o **Sistema Integrado de Atenção à Saúde da Segurança Pública**, beneficiando os servidores e seus dependentes legais.

- Rever e adequar a legislação reguladora de progressão nas carreiras policiais.

- Rever e adequar a legislação para a adoção de mecanismos de correção automática dos proventos dos servidores da segurança pública.



- Reduzir, o máximo possível, as discrepâncias entre os proventos dos servidores da segurança pública.

- Estimular a educação continuada dos servidores da segurança pública, com medidas impactantes nos aspectos funcionais, ocupacionais e de progressão na carreira.

- Implantar mecanismos de garantia de financiamento para a renovação e a complementação de pessoal, armamento, munição, veículos e equipamentos de proteção policial.

- Instituir, efetivamente, o **Programa de Prestação de Tarefa por Tempo Certo (PTTC)** focado nos policiais e bombeiros militares para atuação nas respectivas corporações e, de modo especial, nos projetos de “escolas cívicas”.

- Criar e implementar o **Sistema Habitacional para Servidores da Segurança Pública**, por meio da destinação territorial e de parcerias com o sistema financeiro.

- Criar e implementar o **Sistema de Gratificações e Recompensas** por resultados alcançados na prevenção da violência e do crime.

Objetivo V - Implantar modernos modelos de gestão nas agências de governo com responsabilidade, direta ou indireta, na segurança pública.

- Estabelecer parcerias com universidades para a realização de estudos, pesquisas e desenvolvimento de soluções tecnológicas focados em segurança pública.

- Implantar o **Centro Integrado de Operações, Comando e Controle**.

- Criar o **Sistema Integrado de Ensino de Segurança Pública do Distrito Federal** e a **Escola Superior de Segurança Pública do Distrito Federal**, nos moldes do Instituto Superior de Ciências Policiais da PMDF.



- Implementar ações integradas de formação e capacitação dos agentes da segurança pública.

- Implantar o **Gabinete de Gestão Integrada** como mecanismo de monitoramento e avaliação dos resultados da segurança pública.

- Implementar, em parceria com o sistema judiciário, mecanismos efetivos de oferta de trabalho a internos do sistema penitenciário, bem como de seus egressos, como medida socioeducativa e de reinserção, tendo a participação do terceiro setor.

Objetivo VI - Estimular a integração sistêmica entre as agências de segurança públicas e demais agências de governo.

- Desenvolver ações integradas de segurança pública.

- Estimular a participação das diversas agências de governo nas ações de segurança pública destinadas à prevenção da violência e do crime.

Objetivo VII - Implantar sistemas tecnológicos que dêem suporte ao sistema de segurança pública do Distrito Federal.

- **Projeto Cidadão Seguro:** desenvolver e estimular a utilização de aplicativo que possibilite, ao cidadão, o acesso rápido e direto às unidades de segurança pública disponíveis em sua comunidade.

- **Projeto Brasília Segura – cidade inteligente:** destinado a implantar sistemas inteligentes de monitoramento e controle do sistema de segurança pública.



Objetivo VIII - Implantar mecanismos de monitoramento e avaliação dos resultados na segurança pública, com a participação de representações das comunidades do Distrito Federal.

- Implantar o **Sistema Comunitário de Informações de Segurança Pública** (Sicomesp), sob a gestão dos conselhos comunitários de segurança pública.

- Implantar o **Sistema de Valorização e Reconhecimento** para as práticas exitosas em segurança pública, sob a gestão da Secretaria de Segurança Pública do DF, com participação deliberativa dos conselhos comunitários de segurança pública.

7.6 Política Penitenciária

- Criação da Secretaria da Administração Penitenciária para administrar o sistema penitenciário do Distrito Federal.

8. MOBILIDADE E INFRAESTRUTURA



A população do Distrito Federal já ultrapassa três milhões de habitantes. Os avanços experimentados pela sociedade se refletem, por exemplo, no número de veículos que são adquiridos e passam a fazer parte do cotidiano do trânsito na cidade.



A mobilidade urbana no Distrito Federal está um caos e ações eficazes para garantir a locomoção das pessoas foram ignoradas nos últimos anos.

Atuaremos para garantir que a população do Distrito Federal utilize seu tempo com o que realmente importa para suas vidas e não mais em demorados engarrafamentos, e muito menos danificando seus veículos em vias esburacadas. A base da ação governamental, nessa área, será o Plano Diretor de Transporte e Mobilidade Urbana do DF (PDTU). O projeto de lei será encaminhado ao Legislativo para que o PDTU seja revisado a cada 10 anos e refeito a cada 20 anos, para garantir sua eficácia e a atualização compatível com os avanços urbanos e tecnológicos.

Serão estabelecidas propostas a serem executadas em 1, 4, 8 e 10 anos. Não será simplesmente um Plano de Governo, mas sim um Plano de Estado, com intervenções que deverão ser cumpridas por, pelo menos, três administrações subsequentes.

8.1 Premissa do PDTU

O setor mobilidade será reestruturado institucional, física e operacionalmente de modo a possibilitar um trânsito seguro, fluido e livre da “indústria da multagem”.

8.2 Fim da “indústria de multas”

Ações educativas no trânsito não podem ser confundidas com um “negócio rentável”, cujo objetivo principal é retirar dinheiro do cidadão. Infelizmente, a impressão que se tem é essa, pois o Distrito Federal foi tomado por inúmeros equipamentos eletrônicos de fiscalização de velocidade (pardais) escondidos por aí. Ao que parece, a finalidade desses pardais é fazer “pegadinhas” com os condutores de veículos e, quando pegos nas armadilhas, acabam por contribuir com a lucrativa “indústria da multagem”.

Ações educativas não podem ser confundidas com máquinas de castigo. O “dinheiro suado” do trabalhador não pode ser retirado dele e de sua família para



alimentar esse famigerado sistema. Investiremos em medidas verdadeiramente educativas!

A fiscalização da velocidade, nas vias, deve sim ser exercida, entretanto, sempre trazendo consigo a finalidade educativa e, para tanto, as barreiras eletrônicas são muito mais eficientes. O nosso governo irá:

1. Determinar a desativação, logo nos primeiros dias de governo, de metade dos “pardais” em funcionamento no DF;
2. Determinar estudos objetivos e justificados para a definição da velocidade segura das vias e rodovias do DF;
3. Substituir, gradativamente e no maior número possível, os “pardais” por barreiras eletrônicas, em locais adequados.

8.3 Ações para o transporte público

Serão tratados todos os corredores de transporte. A prioridade não será a obra, e sim colocar o sistema em operação, aumentando o número de pessoas que usam o transporte público. Será concluído o sistema *Bus Rapid Transit* (BRT) ou Transporte Rápido por Ônibus, ligando:

- Por do Sol e Sol Nascente;
- Ceilândia;
- Taguatinga (com a construção de um túnel rodoviário sob a Praça do Relógio);
- EPTG (obra pronta, mas não operacional);
- EPIG;
- Samambaia Sul, Recanto das Emas, Riacho Fundo I e II e Núcleo Bandeirante (entrando pela EPIA no sistema viário do Eixo Sul). Serão concluídos os estudos e projetos e levantados os recursos financeiros captados para iniciar a obra;



- Em conformidade com a previsão contida no projeto da Nova Saída Norte, será implantado um sistema ligando Planaltina, Sobradinho I e II, Fercal, Taquari, Paranoá, Itapoã, Varjão, Lago Norte ao Eixo Monumental e a Rodoviária do Plano Piloto. A implantação se dará por meio de uma Parceria Público Privada (PPP) com 100% dos recursos investidos pelo setor privado.

8.4 Expansão do metrô

É extremamente necessário descongestionar a malha viária do Distrito Federal. Para isso, a utilização do metrô é um mecanismo que não pode ser abandonado. A expansão, das linhas e dos carros, do metrô é necessidade urgente da população do DF. Envidaremos todos os esforços para:

- a) Implantar a extensão até o Hospital Regional da Asa Norte (HRAN), oferecendo às populações de Samambaia, Ceilândia, Taguatinga, Águas Claras, Guará e Asa Sul, acesso direto por metrô até o Setor Comercial Norte, Setor de Diversões Norte, Setor Bancário Norte e HRAN. É uma obra de difícil e incômoda execução, mas, quando pronta, acrescentará à malha do metrô uma mobilidade importante na cidade;
- b) Concluir os ajustes necessários para o início das obras de extensões em Samambaia (mais três quilômetros) e Ceilândia (mais dois quilômetros). Os projetos estão concluídos, porém avaliaremos o número de passageiros a ser acrescentado ao sistema, pois o objetivo, não é realizar obras, é atender mais pessoas;
- c) Adotar medidas para aumentar a capacidade do metrô. Hoje são oferecidos lugares para 150 mil viagens. Esse número será dobrado, com as seguintes ações:



- c.1) duplicação do sistema de energia;
- c.2) atualização tecnológica do sistema de sinalização;
- c.3) compra de mais 20 trens de quatro carros.

8.5 Plano Piloto

Estão previstas no PDTU duas linhas de Veículo Leve sobre Pneus (VLP): uma na W3 Sul e Norte e outra no Eixo Monumental. Serão estudadas as alternativas tecnológicas de melhor custo-benefício e elaborados os respectivos projetos para implantação.

Além disso, por ser área central e tombada, deve ser considerada a adoção de uma alternativa tecnológica eletrificada, VLP, para o atendimento de todas exigências relativas às condições de Brasília.

8.6 Ciclovias

Nosso governo pretende adotar, ainda, medidas que incentivem o transporte alternativo e saudável. Nesse sentido, o uso de bicicletas para transporte é uma modalidade campeã. Então, propomos as seguintes medidas:

- a) Implantar, pelo menos, 30 ciclovias com extensão entre 4km e 8km, ligando os bairros, em todo o DF, até as estações e terminais dos transportes coletivos (BRT e metrô);
- b) Construir bicicletários seguros e gratuitos nessas estações para estimular o uso conjugado com o transporte público.



8.7 Transporte individual

- a) Implantar estacionamentos rotativos, em praticamente todas as áreas do Distrito Federal, com investimentos da iniciativa privada. O valor da outorga, a ser cobrado do concessionário do estacionamento, será revertido em melhorias para o transporte público;
- b) Criar a Via Transbrasília, uma via expressa para o automóvel, ligando Samambaia, Taguatinga, Guará e SOF Sul, com o enterramento da linha de alta tensão. Pretende-se que o projeto seja um empreendimento realizado por meio de uma PPP com recursos 100% investidos pelo setor privado.

8.8 Transporte de carga

- a) Implantar o Anel Rodoviário do Distrito Federal, com o objetivo de desviar o tráfego da carga que deteriora a EPIA e outras rodovias do DF;
- b) Buscar recursos do Governo Federal, por ser o ente responsável pela administração do problema, para viabilizar esse projeto, que terá todo o apoio institucional e político do GDF.

8.9 Recursos financeiros

A obtenção dos recursos financeiros, para as ações no transporte público, seguirá a seguinte ordem de prioridades:



a) Sempre que possível, serão formatados projetos que possam ser suportados com recursos da iniciativa privada, por meio de operações de Concessão ou PPP (alguns exemplos acima descritos);

b) Quando não for possível a proposta anterior, será utilizada a capacidade de endividamento do Distrito Federal, pois, além do BRT-Sul, não houve endividamento em nenhum outro projeto na área de transporte;

c) E, ainda, serão buscados recursos junto aos organismos nacionais – Caixa Econômica Federal (CEF) e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) –, e aos internacionais: Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Corporação Andina de Fomento, Agência Francesa de Desenvolvimento; todos com representações em Brasília, o que facilita a compreensão do problema e o enquadramento dos projetos.

8.10 Intervenções prioritárias no sistema viário do Distrito Federal

Algumas intervenções são prioritárias, por isso terão uma atenção especial do nosso governo. São elas:

a) Construção do viaduto de acesso ao Recanto das Emas–Riacho Fundo II;

b) Construção do viaduto no entroncamento do Paranoá–Itapoã, com a duplicação do trecho da DF-250 até o condomínio Entre Lagos;

c) Construção do viaduto de acesso ao Riacho Fundo I – DF-075/Estrada Parque Núcleo Bandeirante (EPNB);

d) Readequação do pistão sul, incluindo a ampliação da terceira faixa entre o viaduto do metrô e a EPNB.



8.11 Ações necessárias e urgentes para melhoria da mobilidade em Brasília

Outras ações não só são prioritárias, como também são urgentes. Atacaremos o problema de frente, sem hesitar, para resolver a questão da mobilidade que afeta centena de milhares de pessoas diariamente no DF. As medidas que serão adotadas são as seguintes:

- a) Revisão imediata das faixas exclusivas de ônibus, verificando os resultados positivos e negativos, para adoção de medidas imediatas. Por exemplo, a faixa exclusiva de ônibus na Estrada Setor Policial Militar (EPSM/via do cemitério) não atendeu às expectativas, ou seja, causou um grande transtorno aos veículos pequenos e não gerou ganho de tempo aos transportes coletivos, motivo pelo qual deve ser liberada nos primeiros dias do governo;
- b) A faixa exclusiva de ônibus na Estrada Parque Taguatinga (EPTG) deverá ser liberada imediatamente para todos os veículos, até que sejam implementadas medidas para o perfeito funcionamento, ou seja, aquisição dos ônibus com portas na esquerda ou alteração nas paradas existentes;
- c) Outros pontos poderão surgir, principalmente, a partir da participação popular. O povo poderá apresentar suas demandas para que sejam apreciadas pela secretaria responsável pelo transporte e pela mobilidade urbana no DF.

8.12 Criação do projeto “Diretão”

O Projeto “Diretão” consiste na disponibilização de linhas de ônibus, saindo de uma área próxima ao antigo Buritinga diretamente para rodoviária do Plano Piloto, sem



paradas e com o aproveitamento dos horários de pico, nos quais as vias da estrutural ficam duplicadas, mantendo uma faixa exclusiva para os ônibus. Com isso, o tempo de viagem do trecho seria reduzido, significativamente, melhorando a qualidade de vida das pessoas.

Na mesma linha, de agilizar o trajeto do cidadão “casa-trabalho-casa”, construiremos um túnel no centro de Taguatinga que aliviará o trânsito local, uma vez que permitirá aos usuários, da via, evitar o centro e ter uma ligação direta da EPTG com a avenida Elmo Serejo, tornando o trajeto mais direto e, por conseguinte, mais rápido.

Seguindo o raciocínio de agilidade, construiremos um viaduto entre o Recanto das Emas e o Riacho Fundo II.

9. CIÊNCIA E TECNOLOGIA



Vivemos em uma sociedade integrada por soluções tecnológicas, estejam elas presentes na disponibilização de energia ou de água potável; nos processos de produção industrial e agrícola; nos acessórios de uso doméstico ou na unificação dos



serviços bancários em sistemas informatizados. O domínio dos conhecimentos tecnológicos e o acesso à tecnologia são mecanismos integrados à qualidade de vida.

Parte significativa da tecnologia disponível, na sociedade, tem sido impulsionada pelos setores produtivos, por meio de equipamentos, máquinas, serviços de comunicação e uma infinidade de atividades profissionais.

Sincronizar a tecnologia e a vida se transformou em uma tarefa, que faz parte da educação familiar, do ensino e da qualificação profissional para se chegar competitivamente ao mercado de trabalho.

A cada dia, as informações e o acesso às infinitas possibilidades do conhecimento estão intrinsecamente dependentes da convergência com a rede mundial de computadores.

Desse modo, para muito além do acesso aos conhecimentos tecnológicos disponibilizados pelo mercado de produtos, a ciência e a tecnologia não podem prescindir de ações governamentais que assegurem o domínio tecnológico; o incentivo à pesquisa e inovação, e, principalmente, a garantia da igualdade de acesso à rede mundial de computadores, por meio dos laboratórios públicos de informática, da integração da ciência e tecnologia com as escolas e a disponibilização da banda larga pública e gratuita para toda a população do Distrito Federal.

A elevação do conhecimento dos brasileiros, aos padrões de excelência de outros países, que caminham na nossa frente, seja na geração de patentes que promovem o desenvolvimento industrial ou na geração de riquezas oriundas da comercialização de produtos ou serviços, depende dessas medidas.

Atento a essa realidade, este Programa de Governo defende a ampliação imediata e gratuita do acesso dos brasileiros à rede mundial de computadores, como condição para o desenvolvimento cultural e econômico da sociedade brasileira. As áreas de educação, a economia, a ciência e os serviços públicos serão grandes beneficiários desta medida.

Na Educação, promoveremos a integração dos conteúdos com as informações disponíveis na rede; a implantação de projetos de redução da evasão e da repetência escolares; a qualificação via *web* dos profissionais da educação e a implantação de projetos especiais tendo em vista a integração dos dados escolares.



Na área produtiva, promoveremos o incremento científico e tecnológico do Distrito Federal, por meio do cadastramento de micro, pequenas e grandes empresas que tenham necessidades de pesquisas para inovação de produtos ou processos, e, também, receber apoio para o desenvolvimento ou a implantação de resultados já obtidos em pesquisas acadêmicas.

Na área governamental, promoveremos a unificação dos sistemas e a disponibilização de soluções que integrem todos os órgãos públicos, transformando o governo em parceiro da sociedade, reduzindo custos, ampliando investimentos, descentralizando a administração pública, reduzindo a burocracia, tornando eficientes os serviços públicos e proporcionando objetividade à aplicação dos recursos governamentais. Para isso, serão adotadas as seguintes ações:

1. Implantar a Banda Larga gratuita nas principais áreas do Distrito Federal;
2. Criar Unidades Públicas de Acesso à internet em todas as Regiões Administrativas do DF;
3. Fomentar o desenvolvimento e a instalação de *software* para informar a população sobre o fluxo dos transportes públicos, disponibilizando a informação nas paradas de ônibus e na internet;
4. Estruturar um projeto de incentivo à pesquisa e à inovação tecnológica por meio da concessão de bolsas universitárias nacionais e internacionais destinadas ao desenvolvimento de produtos e processos oriundos da atividade econômica empresarial;
5. Incentivar pesquisas para o desenvolvimento de melhores práticas educacionais no sistema de ensino do DF;
6. Desenvolver um programa de apoio à pesquisa e à inovação para processos econômicos relacionados à sustentabilidade ambiental e ao reaproveitamento e industrialização de resíduos sólidos da construção civil e do lixo urbano;



7. Promover e incentivar a pesquisa, acadêmica, destinada à inovação de produtos e de processos tecnológicos geradores de autonomia econômica;
8. Fomentar o desenvolvimento da Cidade Digital;
9. Fomentar a regularização e implantação dos Parques Tecnológicos do Distrito Federal;
10. Promover a eficiência dos serviços públicos, por meio da integração dos órgãos de governo, utilizando sistemas, *softwares* e aplicativos;
11. Construir o Laboratório Aberto de Apoio a projetos de Tecnologia da Informação, destinado ao desenvolvimento de *softwares* demandados por pessoas físicas e jurídicas;
12. Fomentar o investimento de empresas privadas em projetos tecnológicos desenvolvidos por estudantes, concedendo incentivos no âmbito do DF;
13. Instituir a Feira de Ciência e Tecnologia do Distrito para divulgar, premiar e estimular a criatividade científica e tecnológica, integrando-a às Feiras de Ciências das unidades escolares;
14. Promover programa de popularização da ciência e tecnologia pela criação de escolas e de incentivos para fomentar a qualificação de jovens e adultos;
15. Promover apoio a projetos de inclusão tecnológica de idosos e pessoas com deficiência;
16. Integrar projetos de desenvolvimento científico e tecnológico aos projetos da Secretaria de Educação, possibilitando a valorização do conhecimento científico nas escolas;
17. Estabelecer parâmetros e facilitar a aquisição e implantação de *softwares* nos órgãos públicos do DF;
18. Criar e disponibilizar instrumentos para que a Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia implante Pesquisa e Inovação Produtiva,



destinada ao desenvolvimento de programas e apoio às tecnologias de agregação de valor aos bens produzidos no Distrito Federal.

10. ÂMBITO SOCIAL



O Distrito Federal ainda possui a maior renda *per capita* do Brasil. É objetivo do nosso governo fazer com que a riqueza do DF possa ser melhor distribuída. Queremos gerar mais riqueza e fazer com que chegue a todos!

Desenvolveremos políticas públicas de inclusão sociocultural: saúde, educação, assistência àqueles que precisam realmente, segurança e cultura. Buscaremos proteger e promover os direitos humanos, por meio de ações e políticas de valorização da juventude, dos idosos e de todos os segmentos mais vulneráveis da sociedade. Faremos isso adotando as seguintes medidas:

1. Melhorar as condições de assistência aos idosos, às pessoas deficientes ou com necessidades especiais, aos moradores de rua e às crianças, simplificando e incentivando o aumento das adoções;



2. Implantar a Subsecretaria do Idoso e das Pessoas com Necessidades Especiais;
3. Melhorar a assistência social de forma democrática, transparente, eficiente e eficaz, promovendo ações concretas e efetivas;
4. Promover condições dignas à população carente e às minorias desassistidas, do recém-nascido ao idoso, não permitindo qualquer tipo de preconceito ou discriminação;
5. Recuperar, melhorar e modernizar os Restaurantes Comunitários, garantindo, à população cadastrada em programas sociais do GDF, almoço diário, com refeição completa, acessível, saudável e saborosa;
6. Reavaliar, racionalizar e melhorar o projeto de bolsas concedidas pelo DF, atualizando o cadastro e exigindo das famílias que todos os dependentes em idade escolar estejam estudando regularmente;
7. Adotar medidas para priorizar a aquisição de produtos e alimentos dos produtores locais.

10.1 Juventude

As crianças e os jovens são o futuro da nação e, por isso mesmo, merecem atenção especial. A população jovem acaba sendo exposta aos riscos da violência, da criminalidade, das drogas e do desemprego. O cenário atual exige ações urgentes e a adoção de projetos, que estimulem a geração de oportunidades voltadas a essa parcela da população.

Além de outras medidas, nosso governo criará o “Programa Jovem de Futuro” que trará, inicialmente para a Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF) e o Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal (CBMDF), na condição de contratos remunerados, os jovens que excederem às necessidades de incorporação das Forças Armadas, projeto amparado pela Lei 10.029 de 20 de outubro de 2000.



As principais medidas do nosso governo para a juventude serão as seguintes:

1. Implementação do Projeto “Jovem de Futuro” para jovens de 18 a 23 anos;
2. Adoção de medidas que estimulem a ideia de que a escola e o trabalho sejam os principais centros de referência e de convivência da Juventude;
3. Priorização de medidas para a redução da vulnerabilidade juvenil, mediante critérios objetivos e políticas integradas;
4. Instituição de mecanismos e projetos de redução da violência entre os jovens;
5. Estímulo à conclusão da formação básica e de cursos de natureza técnica e profissional, enfatizando, também, o desenvolvimento de capacidades para inserção no campo do empreendedorismo;
6. Adoção de políticas, eficazes, destinadas a estimular o empresariado instalado no Distrito Federal, para que apoiem e recebam os jovens oferecendo-lhes o primeiro emprego;
7. Estruturação de espaços de apoio e de recebimento de demandas oriundas da juventude;
8. Realização de programas especiais para a saúde de adolescentes e jovens, com ênfase na prevenção;
9. Estímulo à profissionalização, ao empreendedorismo, à prática de esportes, além da disponibilização de atividades culturais para os jovens;
10. Estímulo às ações em que os jovens ensinem e apoiem outros jovens, podendo haver compensações e premiações para os projetos de sucesso desenvolvidos por eles;
11. Organização ampla de ações de prevenção, atenção, apoio, atendimento e recuperação de jovens envolvidos com drogas.



10.2 Mulher

As mulheres são a verdadeira força da sociedade, uma força imensa que não se mede por músculos, mas por atitudes de garra, determinação, sensibilidade e amor os quais são os verdadeiros transformadores sociais.

Por isso, adotaremos medidas de atenção especial colocando a mulher em posição de merecido destaque. Dentre tais medidas estão:

1. Resgate das políticas públicas para as mulheres, com a promoção de toda a potencialidade da rede de Proteção Social;
2. Retorno do programa “Carreta da Saúde da Mulher”;
3. Incentivo à maior participação feminina nas decisões políticas e operacionais das Administrações Regionais, visando direcionar os serviços levando em consideração a percepção feminina dos problemas da cidade;
4. Estímulo à escola de tempo integral e à criação de creches, facilitando o acesso da mulher ao trabalho e aos estudos;
5. Otimizar os espaços físicos para alfabetização de mulheres adultas;
6. Estímulo à difusão do conhecimento relacionado às questões relativas ao combate à violência contra as mulheres, visando desconstruir preconceitos e estereótipos;
7. Ampliação da participação das mulheres em todos os escalões da administração pública, observando os princípios da igualdade de condições no preenchimento dos cargos;
8. Estímulo a programas e ações voltadas à prevenção da gravidez precoce, adotando estratégias de sensibilização dos adolescentes, de apoio integral nos casos de gestação, de acompanhamento da mãe e da criança até cinco anos, além de programas de atendimento à gravidez de risco, partos prematuros e prevenção da mortalidade materna;



9. Instituição de campanhas preventivas de atendimento ao câncer de colo de útero, de mama, de Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST);
10. Atendimento especial às mulheres portadoras de doenças sexualmente transmissíveis,
11. Adoção de medidas de combate à obesidade e à desnutrição infantil;
12. Promoção do atendimento integral à mulher e à criança vítima de violência;
13. Aperfeiçoamento dos programas, já existentes nos órgãos de segurança pública de proteção à mulher e à criança, contra a violência doméstica.

10.3 Idoso

Na defesa do Idoso, propomos:

1. Instituição de Política Pública de Cuidados de Longa Duração para População Idosa; tais como a construção de Centro-Dia, Casa-Lar, República e Instituição de Longa Permanência para Idosos (ILPI);
2. Instituição e implementação de Programa de Cuidador Domiciliar;
3. Implementação no DF de Programa de Moradia para Idosos com linha de financiamento público adequado à renda recebida por eles;
4. Instituição de política articulada de enfrentamento da violência contra a população idosa, pois o Distrito Federal figura como a primeira unidade da Federação em denúncias de violência contra a pessoa idosa (proporcional à população);
5. Observância de questões relacionadas à área da saúde, tais como a composição de equipes multidisciplinares, a disponibilização de medicamentos de uso contínuo, a importância da inclusão da saúde



da pessoa na atenção primária à saúde, bem como a humanização das internações.

10.4 Programa de habitação de interesse social e de urbanização

10.4.1 Habitação de interesse social:

1. Criar a Cidade do Servidor na região onde se encontra instalado o Jockey Clube, entre Vicente Pires e o SIA, como programa habitacional destinado aos servidores públicos do Distrito federal;
2. Construir residências, reduzindo significativamente o déficit habitacional no DF atendendo, de modo especial, às famílias de baixa renda;
3. Privilegiar edificações verticais mistas (reunindo habitação, comércio, serviços), adequadas ao tamanho e ao perfil das famílias, otimizando a utilização das áreas urbanas disponíveis;
4. Ocupar vazios urbanos, em diversas cidades no Distrito Federal, aproveitando a infraestrutura implantada, reduzindo a expansão das zonas urbanas;
5. Estimular a participação de cooperativas e associações na construção de habitações;
6. Promover a articulação do programa habitacional do DF com o Programa Minha Casa Minha Vida;
7. Articular os órgãos governamentais objetivando a redução de burocracias dispensáveis, a priorização e a aprovação de projetos habitacionais no Distrito Federal;
8. Criar linhas especiais de recursos públicos para que as concessionárias de serviços públicos forneçam rapidamente energia, água, transporte e demais serviços às novas áreas habitacionais.



10.4.2 Urbanização

1. Inserir os assentamentos no processo de planejamento da cidade, levando-os em consideração na legislação, nos programas sociais, nos mapas e no cadastros de controle do uso e ocupação do solo;
2. Programar calendário regular para execução de serviços de manutenção e conservação das infraestruturas urbanas e dos equipamentos públicos nas regiões administrativas;
3. Implementar obras de engenharia com o objetivo de eliminar situações de risco por falta de atenção a esses necessários cuidados;
4. Introduzir, nos assentamentos, espaços públicos, organizá-los com ruas e praças, além de dotá-los de infraestrutura e serviços públicos, proporcionando sua transformação em novo bairro ou cidade do Distrito Federal;
5. Dar continuidade ao processo de regularização de áreas irregulares;
6. Incentivar a participação popular nas decisões relacionadas à urbanização de suas comunidades.

10.4.3 Regularização fundiária

1. Garantir o acesso da população, de todas as faixas de renda, a lotes urbanizados e regularizados, assegurando a sua manutenção na área ocupada, com melhoria dos espaços públicos e da sustentabilidade urbanística, social e ambiental;
2. Promover a articulação entre as políticas setoriais de habitação, meio ambiente, saneamento básico e mobilidade urbana;
3. Atuar para promover a regularização fundiária urbana e rural, compatibilizando registros públicos e cartoriais, para possibilitar o



registro de condomínios e terras no quadrilátero do Distrito Federal e acesso a crédito e políticas públicas;

4. Assegurar a participação dos interessados em todas as etapas do processo de regularização;
5. Estimular a resolução extrajudicial de conflitos;
6. Promover a regularização de novos adensamentos urbanos para evitar a “favelização” no Distrito Federal.

NOTA: Com o programa, pretende-se alcançar a meta de 250 mil famílias beneficiadas com a regularização fundiária, incluindo todos os loteamentos e condomínios informais do DF.

10.4.4 Reforma da moradia própria

Nosso governo retomará o “Programa Cheque Moradia” que visa assegurar, às famílias de baixa renda, financiamento para o projeto de melhoria de suas habitações, mediante o cumprimento dos requisitos estabelecidos em outros programas como, por exemplo, o de incentivo da escolarização das crianças.

10.5 Outras ações e projetos sociais

Vamos também:

1. Consolidar programa de superação da miséria;
2. Desenvolver e apoiar projetos de inclusão produtiva para idosos, mães de baixa renda, pessoas em situação de vulnerabilidade e deficientes;
3. Implantar o Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para pessoas com deficiência e idosos;



4. Apoiar ações de entidades sociais voltadas à qualificação de jovens em situação vulnerável para o trabalho e o empreendedorismo individual e cooperativo;
5. Implantar projeto de prevenção da desnutrição em creches da rede pública de ensino do DF e conveniadas;
6. Ampliar a rede de Restaurantes Comunitários;
7. Implantar projeto de prevenção da desnutrição para mães gestantes de baixa renda;
8. Reestruturar e ampliar Abrigos Institucionais e Repúblicas para a população em situação de rua;
9. Ampliar e regionalizar Centros Especializados de Atenção à População em Situação de Rua;
10. Potencializar o Programa de Atendimento Especializado à Família, e atendimentos às vítimas de violência;
11. Construir Centro Dia para Pessoas Idosas, regionalizados, em parceria com a Secretaria de Saúde;
12. Adequar e reformar unidades da proteção básica e especial, garantido equipamentos e manutenção por meio de contratos específicos;
13. Implantar acolhimento institucional, em residência inclusiva, para portadores de deficiência;
14. Realizar o georreferenciamento dos Programas Sociais do DF para promover a universalização do atendimento;
15. Implementar o Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária;
16. Incentivar a instalação de Núcleos Urbanos de Produção Familiar para a geração de renda;
17. Implantar sistema de busca ativa dos beneficiários dos programas sociais;



E, ainda, serão retomadas as distribuições de bolsas e auxílios:

1. Bolsa Universitária
2. Bolsa Escola
3. Bolsa Atleta.
4. Cheque Moradia
5. Ver Melhor
6. Picasso não Pichava
7. Atelier de Talentos
8. Esporte à Meia-Noite
9. Escola de Campeões — Escolinha para Jovens
10. Restaurantes da Solidariedade (restaurantes comunitários)

11. MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE



Nossas ações assegurarão o equilíbrio entre o crescimento econômico, a inclusão social e a proteção do meio ambiente. Adotaremos medidas realistas, considerando tanto as prementes necessidades de preservação do meio ambiente, como as necessidades impostas pela vida moderna, assegurando à população uma vida equilibrada e em harmonia com o nosso planeta, por meio de uma formulação adequada de políticas públicas e sua efetiva execução. Aplicaremos as seguintes medidas:

1. Adotar, em consonância com as ações do governo federal, as medidas previstas nos acordos internacionais, dos quais o Brasil for signatário, adequando-as às especificidades do Distrito Federal, para a erradicação da pobreza com a promoção da prosperidade junto à observância atenta da gestão integrada e sustentável dos recursos naturais e do ecossistema;
2. Alinhar as ações da administração pública no DF com as propostas sustentáveis, previstas nos acordos internacionais, incentivando os integrantes do governo a inserirem tais medidas em suas respectivas áreas de atuação;
3. Promover a interação entre o sistema ecológico e os eixos de saneamento básico, visando beneficiar o ser humano, o solo, a flora, a fauna e os recursos hídricos;
4. Incentivar as ações educativas, promovidas pela Polícia Militar Ambiental, em parceria com os órgãos governamentais responsáveis pelas questões relacionadas ao meio-ambiente e à sustentabilidade;
5. Incentivar, por meio da difusão do conhecimento em programas educacionais e da ação estatal, a adoção das medidas previstas na Política Nacional de Resíduos Sólidos;
6. Criar mecanismos de gestão modernos, ágeis, competentes e eficazes para vigilância e recuperação das áreas de proteção



permanentes (APPs), tendo os mananciais como alvos de atenção prioritária;

7. Elaborar amplo programa de intervenções tecnológicas sustentáveis em escolas, prédios públicos e privados, assim como em unidades domiciliares, a propiciar, destacadamente:

- Captação de água da chuva;
- Uso intensivo de águas cinza (reuso de volumes hídricos consumidos);
- Estimular as novas tecnologias que caminham para metas do “lixo zero”;
- Incentivar e implantar as energias renováveis no DF. No caso das áreas rurais, ou localizadas em posição longe dos centros urbanos, deve-se priorizar a energia fotovoltaica de origem solar.

12. CULTURA



Em Dezembro de 2017, entrou em vigor a Lei Complementar nr. 934, que instituiu a Lei Orgânica da Cultura no Distrito Federal (LOC/DF), estabelecendo uma série de normas para o setor nos próximos 10 anos.

O novo modelo de política cultural institui o Sistema de Arte e Cultura da Capital Federal, importante ferramenta que cria mecanismos de gestão, descentralização das ações e dos recursos do setor produtivo cultural.

Dentre os mecanismos, proporcionados pela nova lei, está o da transferência direta de recursos oriundos do Governo Federal para o Fundo de Políticas Culturais do DF. Anteriormente, só era possível por intermédio de convênios entre o Ministério da Cultura e a Secretaria de Cultura do DF.

Porém, a determinação mais importante, do ponto de vista financeiro imposto pela lei, é a de que todos os recursos destinados ao Fundo de Apoio a Cultura (FAC), advindos dos 0,3% da receita corrente líquida do Governo do Distrito Federal não mais poderão ser retidos ou remanejados.

Além disso, o superávit integral de um ano (valendo a partir de 2017) se somará ao orçamento do FAC do ano seguinte. Ou seja, a soma dos orçamentos do FAC de 2017 e de 2018 resultará em mais de 80 milhões para ser investido em produção cultural, como exemplo.

Dentro dos novos critérios, os produtores culturais poderão apresentar agora dois projetos ou propostas em vez de um só.

Para aumentar a segurança jurídica nas contratações de artistas, e diminuir as fraudes nos cachês, caberá ao Governo, pela Secretaria de Cultura, estabelecer quanto pagará pelo evento nas datas e nos tempos previstos, condizente com os valores de mercado e não mais com a quantia estipulada livremente pelo artista.

Certamente, essas mudanças são apenas o “primeiro passo” no que tange aos novos rumos para a melhoria do setor cultural. Ainda carecem de complementações e aperfeiçoamento que serão assumidos pela nova administração.

Uma das mais importantes tarefas, da nova Secretaria de Cultura, será, também, a criação de mecanismos para fiscalizar a aplicação normativa após sua complementação, melhorias e a, consequente, implantação.



Sem dúvida, a LOC só foi concebida graças às postulações, demandas e reclamações da própria cadeia produtiva cultural do DF, que clamava pelas mudanças enquanto poder público se mantinha omissos aos apelos do setor.

Resta agora, um trabalho de reconstrução do setor que foi desmantelado pela ausência de gestão adequada e de políticas públicas, para o fortalecimento da cultura, até aqui feita tão somente pela união e pelo fortalecimento dos próprios atores que integram a cadeia produtiva cultural do DF.

12.1 Política cultural

As ações propostas pelo nosso governo para o campo da Política Cultural são as seguintes:

1. Concentrar, na Secretaria de Cultura, a tarefa de promover e administrar a produção cultural nos espaços culturais do DF, organizando e coordenando a realização dos eventos e das atividades culturais, definindo, também, a utilização das verbas do Fundo de Apoio à Cultura (FAC) e das leis de incentivo à cultura em sintonia com o que determina a LOC;
2. Instituir uma estrutura jurídica atualizada em relação às normativas gerais, buscando consolidar mecanismos de fomento que garantam a segurança e a manutenção dos critérios determinados pelas normativas vigentes, pelas novas regulamentações que serão criadas, pela nova administração e pelas leis relacionadas à cultura no DF e no país, fortalecendo, assim, a transparência na implementação de projetos e programas culturais e na contratação de eventos e artistas;
3. Buscar a unidade e integração, entre os diversos participantes da produção cultural do DF, buscando o incremento de ações, a valorização dos produtores, artistas e gestores culturais, a



qualificação de todos os recursos humanos envolvidos com o setor e a geração de emprego e renda de maneira geral;

4. Promover o aperfeiçoamento dos Conselhos de Cultura, nas regiões administrativas, reformulando os critérios antigos e criando outros, estabelecendo novas diretrizes de atuação que melhorem a qualidade dos serviços prestados, dos eventos e dos projetos relacionados com a cultura do DF, implementando as disposições e determinações do Sistema de Arte e Cultura da Capital Federal;
5. Reformular o Fundo de Apoio à Cultura (FAC), estabelecendo critérios de igualdade para apresentação de projetos e de recebimento de recursos, normatizando as novas rotinas criadas e divulgando-as publicamente sempre em conformidade com o que estabelece a LOC;
6. Ampliar as fontes para incorporação de recursos ao FAC, em prol da cultura, por meio de convênios, de emendas parlamentares e/ou de bancada, de recursos do Ministério da Cultura, de apresentação de projetos especiais, das leis de incentivo a cultura e de outras fontes relacionadas à renúncia fiscal, provenientes das várias modalidades de arrecadação de impostos que o Distrito Federal pratica, sem prejuízo dos programas de captação de recursos, em parceria com a iniciativa privada, com vistas a aplicação no Sistema de Arte e Cultura da Capital Federal;
7. Com o redirecionamento do BRB, que passará a atuar fortemente como um banco de fomento em diversos segmentos, criar condições para que a produção cultural de Brasília possa acessar recursos financeiros, por meio de financiamentos e patrocínios. Como contrapartida, o banco fará a gestão de todos os patrocínios culturais de outras empresas e órgãos do GDF, das informações, prestação de serviços diversos aos produtores culturais, com vistas ao estabelecimento de uma nova postura do setor cultural, em relação ao seu potencial de geração de riquezas, passando a funcionar



como Matriz Econômica de Desenvolvimento Sustentável, de geração de negócios, de criação de empregos e renda, tendo, inclusive, a força da realização dos eventos culturais como mais um veículo de arrecadação de recursos e de aperfeiçoamento do capital humano;

8. Trabalhar de maneira transversal e integrada, os grandes temas do cenário cultural do DF e do Brasil, implementando projetos de grande relevância sociocultural, especialmente os que possam ter continuidade, sustentabilidade e que gerem desenvolvimento econômico, movimentação financeira para diversos segmentos, contribuindo para consolidar a cultura como Matriz Econômica de Desenvolvimento Sustentável. Um exemplo de projeto a ser trabalhado é transformação do Festival de Cinema de Brasília em maior festival de cinema do Brasil; dando os primeiros passos para transformar Brasília na Capital Nacional da Cultura;
9. Promover a adequação ambiental dos monumentos do entorno sob responsabilidade do Governo do Distrito Federal.

12.2 Incremento da cadeia cultural

Além das medidas anteriores, a fim de incrementar a cadeia cultural no DF, nosso governo promoverá as seguintes ações, obras e projetos:

1. Elaborar de maneira integrada, com a utilização dos meios digitais, o mapeamento do setor de cultura, em todas as suas manifestações e em cada região administrativa, atualizando dados, definindo quais são as respectivas vocações e potenciais culturais de cada uma dessas comunidades, além de registrar as reais demandas, com vistas a dispor de um documento referencial, sobre o setor no DF, capaz de nortear as ações a serem



consideradas pela nova administração. Essa ação poderá ser inserida no escopo de atuação do projeto “Nossa Brasília”, já constante neste documento e transversal com o plano de governo na área de turismo;

2. Trabalhar um novo modelo de projeto para revitalizar a Cultura no Distrito Federal, que respeite as recomendações da Convenção da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais;
3. Criar um Comitê Temático Cultural de Fomento, que, em parceria com o BRB, iniciativa privada, Governo Federal por meio de seus órgãos de fomento e Bancos Sociais com essas atribuições, terá a finalidade específica de reunir todos os grandes eventos e projetos importantes, criando condições e meios para que esses eventos se realizem e tenham continuidade (Cidade da Música, Sambódromo, Museu do Rock, Centro de Difusão Sociocultural e Turística do DF, Centro de Integração Sociocultural da Melhor Idade);
4. Implantar o projeto Parque da Cidade e Cidadania onde serão desenvolvidas atividades de cultura, turismo, cidadania, saúde e lazer contemplando um calendário previamente planejado, para o ano todo, prevendo atividades complementares e integradas. (Projeto integrado com o plano de governo de turismo);
5. Selecionar os eventos de relevância sociocultural e importância econômica para o DF, criando uma base de apoio e incentivos oficiais (Comitê Temático Cultural) para sua realização e continuidade, como exemplo, eventos de preservação cultural dos diversos estados presentes na capital, por exemplo: o São João do Cerrado, a Festa dos Estados, eventos teatrais, eventos das associações de criadores de cavalos e dos Centros de Tradições Gaúchas, Espaço Renato Russo, eventos de Rock, Parque Sonoro, Festa do Morango, Agro Brasília, Feira do Livro, arte e



artesanato, lançamentos culturais de obras e produções artísticas, entre outros. (Projeto integrado com o plano de governo de turismo);

6. Revitalização do antigo *Touring Club* de Brasília para instalação do projeto Centro Integrado de Difusão Sociocultural e Turística do DF, visando atendimento integrado de apoio aos artistas, produtores culturais, artesãos, aos turistas, entidades relacionadas e a comunidade local, funcionando como um ponto de difusão da cultura, do turismo e do artesanato local. (Projeto integrado com o plano de governo de turismo);
7. Criação do Centro Integrado Sociocultural da Melhor Idade, com estrutura física e equipe multidisciplinar que trabalhará com temas da maior importância sugeridos pela Associação Brasileira da Melhor Idade (ABMI), tais como a integração intergeracional dos idosos, a violência contra os idosos, as ações que dispõem os decretos do Compromisso Nacional do Envelhecimento e do Ano Amigo do Idoso e do combate ao isolamento da Pessoa Idosa;
8. Reforma e recuperação do Teatro Nacional, do Museu da República, do Museu de Artes de Brasília e de outros estabelecimentos culturais do DF com receitas obtidas junto ao governo federal;
9. Criar uma incubadora de projetos culturais para apoiar artistas e produtores;
10. Criar circuitos de teatro, poesia, dança e cinema visando mostrar a produção cultural;
11. Verificar a viabilidade de Implantação do Sambódromo de Brasília, em um espaço Multiuso, para aproveitamento em várias ações e projetos culturais, especialmente os relacionados com o carnaval e o samba, tendo a comunidade local como principal usuária e realizadora de eventos, projetos, cursos de qualificação e formação nos diversos campos relacionados, durante todo o ano. Os projetos



de engenharia, físico e financeiro com a participação inclusive de Niemayer em sua concepção, já estão prontos;

12. Criar a “Cidade da Música” para abrigar de forma integrada projetos relacionados com a música e com as demais produções culturais do DF.

13. TURISMO



Uma gestão moderna e eficiente, capaz de atender às demandas de todos os segmentos e contemplar às necessidades das pessoas é, sem dúvida, um desafio para qualquer governante.

Certamente, nenhum gestor poderá cumprir essa tarefa sem um planejamento consistente e de largo alcance, sem prejuízo das ações de curto e médio prazo que terá que adotar de imediato.

Pela primeira vez, vamos seguir uma nova diretriz em relação ao turismo no Distrito Federal. Acertadamente, será elaborado um “Plano Diretor” para o setor, que.



integrará um “Plano de Estado” construído ao longo da nova administração e pactuado com as instituições, Poder Público, Legislativo e Sociedade Civil, contemplando um planejamento para todos os setores do governo.

Consideramos, portanto, que o estabelecimento de regras claras e permanentes para o setor de turismo no DF, levará a um ambiente sustentável, ideal para a atração de investimentos nacionais e internacionais, garantirá condições para que os negócios e contratos sejam realizados com segurança jurídica, proporcionando crescimento econômico, integrando, desta forma, Brasília no circuito dos principais destinos turísticos do mundo.

Nosso governo adotará as seguintes medidas:

1. Montar estratégias de organização institucional que garantam e consolidem a integração dos diversos segmentos sociais, empresarias e governamentais envolvidos, resultando em investimentos, empreendedorismo, multiplicação de eventos, aquecimento da ocupação da rede hoteleira, fomento de negócios, emprego e qualificação das pessoas;
2. Selecionar os eventos de relevância sociocultural e importância econômica para o DF, criando uma base de apoio e incentivos oficiais para sua realização e continuidade. Como exemplo, eventos de preservação cultural dos diversos estados presentes na capital, tais como: São João do Cerrado, Festa dos Estados, eventos dos Centros de Tradições Gaúchas, Espaço Renato Russo, Porão do Rock, Festa do Morango, Agrobrasília, Feira do Livro, arte e artesanato, entre outros;
3. Reformulação e fortalecimento do Conselho de Desenvolvimento de Turismo (Condetur), que passará a ser formulador da política de turismo do DF, interagindo com todo o *trade*, além de analisar e dar parecer sobre os projetos/eventos/ações de turismo, criando as câmaras temáticas e, entre elas, a de Eventos Oficiais;



4. Propor emenda à Lei Orgânica do Distrito Federal com vistas a dotar o Fundo de Fomento à Indústria do Turismo do Distrito Federal (Fitur/DF), de recursos vinculados e obrigatórios do DF, incluindo recursos provenientes de Incentivo fiscal de parcela do ISS e ICMS das empresas que participem do Programa Geral de Turismo do DF, e do Fundo de Incentivo ao Turismo por meio de recursos de outras fontes, de emendas parlamentares e do Ministério do Turismo;
5. Propor e organizar as parcerias com a iniciativa privada para recuperar e desenvolver o recém-criado Instituto do Parque da Granja do Torto, tendo como base a manutenção das parcerias com as entidades, que, comprovadamente, mantiveram o parque em funcionamento e têm ação sociocultural e turística e dão contribuição real para o desenvolvimento da economia do DF, dentro do espaço do parque e/ou relacionados a ele.

13.1 Ações estruturantes

1. Elaboração do “Plano Diretor de Turismo” a ser construído ao longo do primeiro ano de governo;
2. Introdução e aplicação da Metodologia Gestão de Segurança em Turismo (Gestur). Metodologia moderna, adotada em vários destinos turísticos em nível mundial, que trabalha os espaços urbanos e espaços rurais dotando as comunidades de equipamentos e técnicas de segurança;
3. Criação dos Polos de Desenvolvimento Turístico (Polotur), estabelecendo Eixos de Desenvolvimento Econômico, com vistas a prospecção e fixação de grandes investidores nacionais e internacionais no setor de turismo, a formação de capital humano de excelência e a geração de emprego e renda;



4. Reunir e organizar todos os processos de legalização e normatização em um grupo de trabalho multidisciplinar, para tratar e agilizar o funcionamento de atividades, como: guias de turismo, transportadores turísticos, transportes fluviais e lacustres, turismo rural, atividades equestres, atividades ligadas aos lagos, rios e córregos, atividades de montanhismo, ciclismo, e outras que estejam relacionadas com turismo, mas não estejam regulamentadas;
5. Desenvolvimento do “Plano Diretor do Turismo Rural Sustentável”, com a formatação do produto turístico rural dos empreendimentos mapeados e as especificações sobre a participação de cada um no contexto do setor;
6. Implementação de programa de fomento ao turismo Rural com a criação de linhas de crédito junto ao BRB, para financiamento de reformas e construções de instalações turísticas no espaço rural do DF.

13.2 Intervenções urbanas

1. Modernização da infraestrutura do turismo no Plano Piloto, incluindo a utilização de aplicativos e totens digitais.
2. Reinstalação dos Centros de Atendimento aos Turistas (CAT's).
3. Revitalização do antigo *Touring Club* para instalação do Centro Integrado de Difusão Sociocultural e Turística do DF.
4. Agilizar o desenvolvimento do projeto de expansão do complexo aeroportuário JK, interagindo com o concessionário na otimização das ações de implantação das medidas oficiais, estabelecimentos de parcerias nacionais e internacionais, criação de empregos e qualificação dos trabalhadores, buscando a integração com os demais setores do GDF.



5. Revitalização e ampliação das áreas de estacionamento próximas do Centro de Convenções, do Clube do Choro e adjacências por meio de PPP's.
6. Desenvolver projeto integrado para reestruturação do recém-criado Instituto Parque Granja do Torto.

13.3 Projetos especiais para o turismo

1. Implementar o Projeto “Escola Brasiliense de Turismo”, para a formação do capital humano de excelência, especialmente, no âmbito do turismo arquitetônico, hotelaria e gastronômico com ênfase na realização de grandes eventos nacionais e internacionais;
2. Implantar o Centro Integrado de Difusão Socio Cultural e Turística do DF, que atenderá os turistas, a comunidade local, os produtores de eventos e demais interessados;
3. Desenvolver o Projeto “Parque da Cidade e Cidadania”, transformando o parque da cidade em um espaço de cidadania, cultura, turismo e saúde, pela realização de ações e eventos planejados em um calendário anual.



14. ESPORTE E LAZER



Nosso governo assumirá o papel primordial de organizar e executar atividades de esporte e lazer, formais e não formais, visando o bem-estar da sociedade e o futuro de nossos jovens, proporcionando, também, um tratamento diferenciado para o desporto profissional, incentivando às manifestações desportivas de criação nacional.

Visando atingir esses objetivos, promoveremos:

1. Incentivo ao patrocínio do esporte brasileiro;
2. Regulamentação da Lei de Incentivo ao Esporte no Distrito Federal;
3. Retorno da Bolsa Atleta Olímpica e Paraolímpica;
4. Execução do Fundo de Apoio ao Esporte;
5. Destinação obrigatória de 1% (um por cento) do orçamento Distrital (excluído o FCO) para o incentivo ao esporte;
6. Criação de ferramentas governamentais para facilitar o acesso aos recursos financeiros destinados ao esporte.

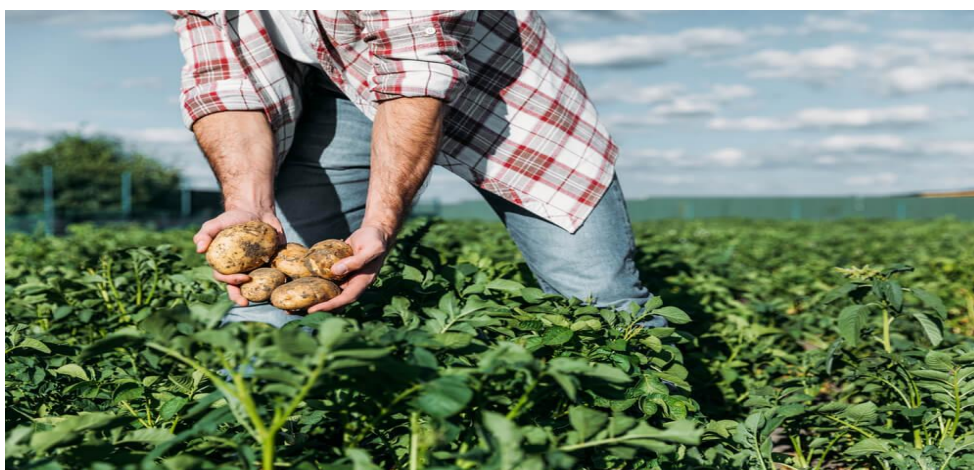


Além dessas medidas, iremos:

1. Fomentar a reforma, melhoria ou criação de centros comunitários de esporte e lazer;
2. Concluir o projeto Vilas Olímpicas, incentivando a participação de atletas ou de instituições de renome no esporte, vinculados à Brasília, na gestão desses locais;
3. Assegurar infraestrutura esportiva adequada às Escolas Públicas do Distrito Federal;
4. Desenvolver programas de conscientização da comunidade escolar quanto à importância do esporte como instrumento, significativo, de educação;
5. Propiciar que os parques sejam locais de integração social, desenvolvendo projetos esportivos para comunidade como o circuito ecológico e saúde no parque;
6. Implementar a recuperação, modernização e criação de centros esportivos para o treinamento dos atletas de alta performance;
7. Implantar a prática esportiva em 100% das escolas públicas;
8. Reativar o Conselho de Educação Física, Esporte e Lazer do DF;
9. Fomentar a prática esportiva entre a população jovem;
10. Promover a valorização da cultura esportiva nas escolas públicas;
11. Desenvolver programas e projetos em conjunto com as secretarias de educação, justiça, saúde e meio ambiente;
12. Fomentar o aprimoramento técnico permanente dos profissionais dos programas distritais de esporte e lazer que atuem nas escolas públicas, praças, parques e espaços comunitários de todas as secretarias de governo;
13. Desenvolver e implementar programa de treinamento para gestão de entidades e instalações esportivas, voltado para as melhores práticas.



15. AGRICULTURA



15.1 Regularização fundiária e serviços públicos na área rural

O governante de visão está sempre atento ao seu produtor rural, pois a segurança alimentar da população depende, em grande parte, desses heróis nacionais. Para que os produtores rurais tenham tranquilidade para trabalhar é necessário que o governo se engaje em satisfazer as necessidades dessa classe produtora.

O nosso governo atuará incessantemente para apoiar o produtor rural e adotará as seguintes medidas concretas para regularização fundiária:

1. Articular com o Poder Legislativo Distrital a recepção da Lei nº 13.465/2017;
2. Realizar a implementação viável do Instituto da Terra do DF;
3. Atuar em prol da regularização fundiária rural, compatibilizando os registros públicos e cartoriais para possibilitar o registro de terras no quadrilátero do Distrito Federal;



4. Desburocratizar o acesso ao crédito e às políticas públicas para o produtor rural;
5. Criar mecanismos que assegurem a escrituração e o registro dos imóveis rurais pendentes de regularização;
6. Integrar o Produtor Rural às entidades governamentais de forma a melhorar o atendimento das demandas;
7. Realizar reuniões e debates periódicos, com as entidades públicas que atuam diretamente na área rural, sobre as necessidades do produtor e a forma atendimento;
8. Implantar o procedimento de agendamento, pelos órgãos públicos, para suprir necessidade de inspeção de rotina nas propriedades rurais, de forma que outros produtores possam participar e entender os procedimentos adotados pelo órgão demandante;
9. Gerenciar processos de modo que seja garantido um atendimento célere das demandas do produtor rural, com estabelecimento de prazos máximos para resolução das demandas;
10. Proceder ao levantamento da legislação para as alterações necessárias;
11. Simplificar o licenciamento ambiental.

15.2 Incentivo ao produtor de água: produzir e preservar

O Programa de Incentivo ao Produtor de Água é uma proposta de adesão voluntária, no qual são beneficiados produtores rurais que, por meio de práticas e manejos conservacionistas e de melhoria da cobertura vegetal, venham a contribuir para o abatimento efetivo da erosão e da sedimentação, e para o aumento da infiltração de água, segundo o conceito provedor-recebedor. As ações governamentais são voltadas principalmente para o fornecimento de mudas, plantio de árvores, semeadura direta de plantas nativas e cercamento.



As principais práticas conservacionistas apoiadas pelo programa estão distribuídas em duas áreas: a primeira (Práticas Vegetativas) diz respeito à manutenção de áreas florestadas, reflorestamento, plantio em nível, plantio direto, recuperação de pastagens e sistemas agrosilvopastoris; a segunda (Práticas Mecânicas) compreende a readequação de estradas, terraceamento, bacias de infiltração e recuperação das Áreas de Proteção Permanente (APP's) e de reserva legal.

Os pagamentos, que são sempre efetuados após a implantação do projeto proposto, são baseados em custos de referência pré-estabelecidos com base em duas metodologias:

- a) Custo de Oportunidade: o valor do arrendamento da área objeto de florestamento é um valor real, pois retrata as condições locais de mercado;
- b) Avaliação de Performance: o impacto positivo proporcionado pela prática adotado é estimativa do Percentual de Abatimento da Erosão (PAE %) que exige monitoramento e por isso tem custo de transação mais elevado.

Nesse contexto, propõe-se a manutenção e expansão do programa nas principais bacias do Distrito Federal com o apoio da Emater. Para atingir esse objetivo, o nosso governo fomentará o Programa Produtor de Água nas áreas rurais estratégicas no DF, incentivando a melhoria qualitativa e quantitativa da água com vistas ao abastecimento humano e à produção de alimentos aliado a preservação ambiental.

15.3 Apoio à inovação tecnológica e à energia solar



A agricultura moderna está baseada na ciência e no desenvolvimento tecnológico. Contudo, a adoção de tecnologias e a cultura da inovação ainda não estão distribuídas satisfatoriamente entre os produtores rurais.

Adotaremos medidas que visam apoiar a difusão da tecnologia e da inovação, em especial, para os pequenos produtores de modo a propiciar que tenham acesso à modernização de máquinas e implementos agrícolas, adoção de tecnologias de irrigação poupadoras de água e energia, diversificação de fontes energéticas com foco na energia solar e a utilização e acesso a informações na própria área rural. Dessa forma, iremos:

1. Apoiar, via Pró-rural, os projetos de energias alternativas para a área produtiva e residências rurais, com foco em energia solar;
2. Incentivar a implementação de projetos de fomento à energia solar para produção agropecuária e para residências no campo;
3. Fomentar a adoção de tecnologias inovadoras nas atividades de produção rural por meio de cursos, desburocratização e concessão de linhas de crédito ao pequeno produtor.

15.4 Assentamentos rurais

O Distrito Federal não comporta novos assentamentos sem sustentabilidade ambiental. A implementação de uma política, voltada para esse seguimento, deve envolver ações que visam desenvolver os assentamentos existentes, observando-se a questão ambiental em conformidade com Cadastro Ambiental Rural (CAR) e o Programa de Regularização Ambiental (PRA). Nesse aspecto, as ações adotadas serão as seguintes:

1. Consolidar os assentamentos existentes com a regularização do título da terra.



2. Apoiar os assentamentos com a concessão de crédito para produção.
3. Apoiar os assentamentos com Assistência Técnica por intermédio da Emater/DF.

15.5 Postos de saúde em locais estratégicos da área rural

Nosso governo investirá no reequipamento, melhoria e ampliação do número de postos de saúde existentes na área rural de modo a proporcionar melhor qualidade de vida aos residentes nessas áreas.

Assim, de forma geral, serão adotadas ações que transformarão os postos de saúde, em Unidade Básica de Saúde (UBS), de forma que durante os quatro anos de governo possam ser implementadas 24 Unidades Básicas de Saúde.

15.6 Modernização da Emater/DF

Há 40 anos a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal (Emater/DF) compõe o Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural, com valiosos serviços de desenvolvimento rural prestados no Distrito Federal e Entorno, sempre buscando cumprir a sua missão institucional que é “promover o desenvolvimento rural sustentável e a segurança alimentar, por meio de assistência técnica e extensão rural de excelência em benefício da sociedade do Distrito Federal e Entorno”, deixando clara a busca permanente da compatibilização do desenvolvimento socioeconômico do setor rural em harmonia com o meio ambiente.

Desta forma, propõe-se o fortalecimento Institucional, dotando-a de recursos humanos e estrutura física como condição imprescindível para ampliação e execução da sua missão de forma ágil e moderna, possibilitando sua atuação permanente junto



aos produtores rurais e suas famílias do Distrito Federal e Entorno e, como consequência, teremos um aprimoramento da produção nos nossos campos.

Relativamente à Emater/DF nosso governo irá:

1. Apoiar e fortalecer a assistência técnica e extensão rural pública no DF, com vistas a intensificação do desenvolvimento rural sustentável condizente com a necessidade de produzir água e alimentos, de forma segura, econômica e sustentável;
2. Fornecer materiais e equipamentos para monitoramento e análise da água destinada ao pescado;
3. Aumentar o suporte à regularização dos empreendimentos de aquicultura;
4. Aumentar o suporte à regularização de pequenas unidades de processamento de pescado.

15.7 Criação de barreiras sanitárias e fiscais

A defesa sanitária é uma atividade de muita importância para toda a comunidade. É por meio dela que se busca garantir a saúde dos animais, a dos vegetais e a qualidade dos alimentos de origem animal que consumimos. Portanto, representa uma grande responsabilidade.

Entre as atividades de defesa sanitária animal, destaca-se a fiscalização do trânsito de animais e vegetais, e de seus produtos. Existem regras e normas sanitárias que devem ser cumpridas para que a sua movimentação possa ocorrer com segurança. Essa condição tem como objetivo principal impedir a difusão de doenças e pragas nos alimentos, evitando ameaças para o consumo humano.

Nesse contexto, propõe-se a implantação de barreiras sanitárias nas rodovias que dão acesso ao Distrito Federal, com fiscalização ostensiva nos termos da legislação vigente.



15.8 Atividades socioeconômicas, desportivas e culturais no setor

O setor rural abriga grandes iniciativas voltadas para valorização das ações socioculturais sejam cívicas, tecnológicas, religiosas, desportivas e de outras formas de lazer com objetivo de congregar as comunidades rurais em torno de suas crenças e valores, intensificando as relações de cidadania e transferência de conhecimentos de gerações para gerações como elemento histórico, cultuando as relações de harmonia entre os povos e suas características antropológicas e étnicas.

Tais iniciativas trazem em si, também, o intercâmbio entre o campo e as cidades, resgatando na população as relações de vínculo a sua terra e a suas origens, propiciando uma maior valorização e visibilidade do setor junto a sociedade como um todo.

Destaca-se que, tais eventos têm um aspecto extremamente importante na dinamização da economia, por meio da geração de emprego e renda, além das oportunidades de negócios no setor rural.

Diante disso, nosso governo atuará para apoiar e fortalecer a realização de eventos culturais, esportivos, sociais e econômicos do setor rural, com vistas a maior dinamização do agronegócio e o aumento da visibilidade do setor junto a sociedade urbana.

15.9 Entrega de sementes e adubo aos produtores rurais

Os elevados custos de insumos agrícolas para produção agropecuária tem sido um entrave para muitos agricultores, sobretudo os de base familiar, que praticam a agricultura de subsistência.

As culturas de feijão e milho são essenciais tanto para a manutenção da família, como para gerar excedentes capazes de incrementar a renda. É nossa intenção distribuir, mediante cadastro específico, sementes de feijão e milho, bem como adubos



químicos para produção de gêneros alimentícios aos produtores que praticam agricultura de subsistência.

15.10 Fortalecimento das Centrais de Abastecimento (Ceasa)

A comercialização convencional dos produtos rurais é feita em grande parte nas Centrais de Abastecimento (Ceasa), que tem por objetivos: promover a política de abastecimento, visando garantir a segurança alimentar e nutricional do Distrito Federal e Entorno, buscando reduzir os custos de comercialização, por atacado; melhorar as condições de abastecimento, propiciando melhor concorrência na formação de preços; criar facilidades de comercialização para os produtores, entre outras.

Entretanto, a Ceasa/DF nos últimos anos vem passando por uma série de problemas que precisam ser enfrentados para não resultar num colapso de abastecimento. Esses problemas são representados, principalmente, pela falta de política de valorização da produção local para a comercialização e de modernização do sistema de gestão, que possibilite mais facilidades de compras pelo consumidor, e, ainda, pela localização, pois está numa zona urbana de grande congestionamento, o que dificulta o acesso para o produtor e o consumidor, além de barreiras fiscais que inviabilizam a comercialização.

Visando resolver estes problemas nosso governo irá:

1. Criar uma bolsa de preços de produtos de forma institucionalizada;
2. Implantar um processo de gestão com tecnologia e metodologias modernas;
3. Reestruturar o Mercado do Peixe;
4. Restabelecer o produtor local como agente de negociação da produção na Ceasa/DF;
5. Mudar a localização do Ceasa, caso isso se demonstre viável e vantajoso para todos os envolvidos no processo.



16. REGIÃO METROPOLITANA (RIDE)



Na construção de um Governo, que garanta serviços de qualidade para a população do Distrito Federal, é fundamental também que os municípios do entorno contem com serviços eficientes, sem os quais os problemas do Distrito Federal não poderão ser resolvidos.

O desenvolvimento da capital exige uma gestão articulada e compartilhada com os municípios da Região integrada de desenvolvimento econômico (RIDE), objetivando o desenvolvimento econômico integrado do Distrito Federal e do Entorno, por meio de medidas capazes de gerar riquezas, aumentar a arrecadação e gerar empregos. Nessa linha, propomos:

1. Criação de polos de desenvolvimento econômico no Distrito Federal e no Entorno, com infraestrutura, mão de obra capacitada, como forma de gerar emprego, renda e arrecadação;
2. Atualização das informações necessárias para se implantar, em parceria com a União, o Estado de Goiás e o Estado de Minas Gerais, o Plano de Saúde para a RIDE, além de firmar convênios, na área de saúde, com as prefeituras da RIDE;



3. Disponibilização, para os municípios da RIDE, das informações do sistema de georreferenciamento de que necessitem para uma boa administração, bem como para o auxílio no lançamento e fiscalização de seus tributos;
4. Implantação da integração regional, a partir de ações coordenadas de gestão pública e do correto planejamento e alocação de recursos;
5. Realização de convênio, para interação e integração entre os órgãos de segurança pública do DF e do entorno, inclusive com operações conjuntas;
6. Celebrar convênios para a criação e ampliação dos Conselhos Comunitários de Segurança nos Municípios do entorno;
7. Realização de convênio para criação e ampliação de órgão gestor de segurança pública e guarda municipal nos Municípios do entorno;
8. Realização de convênio para promoção de programas de atenção a grupos vulneráveis no entorno;
9. Realização de convênio para implementar campanhas de desarmamento com vistas a retirar armas de circulação;
10. Realização de convênio para identificação de grupos e locais de tráfico de entorpecentes no Entorno;
11. Fortalecimento da infraestrutura de TI e de comunicação entre as polícias do DF e do Entorno;
12. Incentivar várias ações conjuntas entre as polícias do DF e do Entorno;
13. Incentivar a prática esportiva e competições;
14. Incentivar a atividade cultural e artística entre as regiões;
15. Realizar campanhas de esclarecimento e de prevenção às drogas;
16. Adotar medidas para estimular que os atendimentos de baixa e média complexidade sejam feitos no próprio entorno, evitando deslocamentos desnecessários.



“Aquilo que a gente já sabe é uma prisão, o desconhecido que nos liberta!”

Alberto Fraga (DEM)

ELE TEM CORAGEM PARA FAZER

Fraga tem 62 anos, é coronel da reserva da Polícia Militar do Distrito Federal e um dos maiores especialistas em segurança pública do país. Formado em direito, administração e educação física, é mestre em Segurança Pública. É casado com Mirta Fraga e tem três filhos: Diego, Bruna e Thiago. Está no quarto mandato como deputado Federal.



☆ Destaca-se no Congresso Nacional como um dos deputados mais atuantes e é recordista em proposições, tendo apresentado mais de 600 projetos de lei. O parlamentar tem 15 leis aprovadas dentre as quais estão as leis que:

☆ Torna crime hediondo o assassinato e a lesão corporal praticados contra policiais no exercício da função;

☆ Cria o Sistema Único de Segurança Pública;

☆ Altera o Código Penal para prever o feminicídio como crime hediondo;

☆ Define o terrorismo como crime;

☆ Concede a licença maternidade para a mãe adotiva;

☆ Tipifica como crime o ingresso, promoção, uso ou facilitação de celulares em presídios sem autorização legal; e que

☆ Determina que os estabelecimentos penais, destinados às mulheres, tenham por efetivo de segurança interna somente agentes do sexo feminino;

Na Secretaria de Transportes Fraga foi responsável por congelar as tarifas de ônibus, retomou as obras do Metrô que estavam paradas há mais de 13 anos, inaugurou cinco novas estações e implantou o passe livre para os estudantes.

